DIÁRIO DE NOTÍCIAS

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7232 • SÃO PAULO, 19, 20 E 21 DE SETEMBRO DE 2020 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

OAB ingressa no STF para anular buscas 'ilegais' contra advogados

Na tentativa de anular as diligências determinadas pelo juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio e responsável pelos processos da Lava Jato no Estado, na Operação E$quema S, que acusou vários advogados de prestígio por supostos desvios de R$ 151 milhões, a OAB entrou com representação do STF em que aponta inúmeros abusos e irregularidades na Operação. A entidade sustenta que as apurações envolvem autoridades com prerrogativa de foro e, por isso, a competência para julgar e processar o caso seria do Supremo. Além disso, acusa o MPF no Rio de empreender um 'malabarismo jurídico' na tentativa de manter o caso correndo na primeira instância. A OAB menciona abusos e ilegalidades na ação conduzida contra os escritórios de advocacia, ferindo o princípio da inviolabilidade da advocacia. Pág. 03

TCU investiga acordos do Cade com empreiteiras acusadas na Lava Jato

O TCU instaurou processo para investigar possíveis irregularidades nas multas aplicadas pelo Cade às empreiteiras, especialmente em acordos firmados com empresas investigadas na Lava Jato, como Odebrecht, OAS, Carioca Engenharia e Andrade Gutierrez. Segundo os conselheiros do órgão, as vantagens obtidas pelas companhias com atos ilícitos foram muito maiores do que as punições sofridas. Pág. 03

Carlos Bolsonaro nega participação em ataques antidemocráticos

Em depoimento à PF, ouvido como testemunha, em 10 de setembro, no inquérito que apura a organização e o financiamento de atos antidemocráticos, o vereador do Rio Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) afirmou que não produziu nem divulgou qualquer tipo de conteúdo que incitasse ataques ao STF, ao Congresso ou aos seus integrantes. Ele também negou utilizar "robôs" para promover postagens de fake news nas redes sociais. Pág. 08

Bolsonaro reconhece que agronegócio evitou colapso da economia

A participação do agronegócio na manutenção da economia brasileira durante o período da pandemia da covid foi destacada pelo presidente Bolsonaro em evento realizado ontem, 18, em Sorriso (MT), para entrega de cerca de 1.800 títulos de propriedade rural a agricultores familiares. Bolsonaro afirmou que o Estado de Mato Grosso não se "acovardou" e enfrentou o novo coronavírus. Pág. 03

Pompeo visita Boa Vista para mostrar alinhamento contra Maduro

Em meio a esforços para estreitar laços na região amazônica e demonstrar um alinhamento contra o governo de Nicolás Maduro na Venezuela, chegou ontem, 18, ao Brasil, o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo. Seu primeiro compromisso foi uma visita a instalações da Operação Acolhida, do Exército Brasileiro, voltada para migrantes e refugiados venezuelanos, em Roraima. Pág. 02

TRF-2 aplica pena de censura a Bretas por atos com Bolsonaro

(Foto: EBC)

O juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, é aliado confesso do presidente Bolsonaro.

Por 11 votos a 1, o Órgão Especial do TRF-2 considerou que o juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, atuou com superexposição e promoveu autopromoção ao participar de eventos ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos). O tribunal decidiu aplicar pena de censura ao magistrado. Pág. 07

(Foto: EBC)

Dos 40 deputados da Casa, 34 votaram pela instauração do processo de afastamento do governador.

Em SC, deputados abrem processo de impeachment do governador e da vice

Em sessão extraordinária na noite de quinta-feira, 17, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) autorizou a abertura do processo de impeachment contra o governador do Estado, Carlos Moisés da Silva (PSL), e o prosseguimento do processo de afastamento da vice-governadora Daniela Reinehr. Ambos devem ser julgados por crime de responsabilidade. Com a decisão do plenário, tanto Moisés quanto a vice-governadora serão julgados por uma comissão julgadora composta por deputados e desembargadores de Justiça, que será formada nos próximos dias. Os trabalhos dessa comissão serão conduzidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). O governador e a vice serão notificados da decisão. As defesas de ambos negam que tenha havido crime de responsabilidade fiscal. Pág. 03

Jefferson anula alianças do PTB com partidos de oposição a Bolsonaro

Depois de tirar da disputa pela prefeitura de São Paulo Marcos da Costa, ex-presidente da OAB-SP - que será candidato a vice de Russomanno -, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, aliado de Bolsonaro, anulou quinta-feira, 17, as convenções partidárias nas cidades onde a sigla apoiaria candidatos de partidos de oposição ao Planalto - São Bernardo do Campo, Osasco e Presidente Prudente, em São Paulo, e Salvador e Fortaleza. Pág. 03

PF investiga possível fraude em compra hospitalar pelo governo do TO

Operação deflagrada ontem, 18, pela PF, MPF e CGU para investigar suposta fraude na aquisição de 590 camas hospitalares pelo Governo do Estado do Tocantins cumpriu seis mandados de busca e apreensão na capital de Tocantins, Palmas, e São Paulo. A PF diz que os investigados são suspeitos de alienar os leitos com valores aproximadamente 227% superiores aos praticados pelo mercado. Pág. 03

Pesquisa mostra que 89% acham que preços estão subindo no Rio

Cerca de 89% dos consumidores fluminenses acreditam que os preços dos bens e serviços que costumam comprar estão aumentando, segundo mostra estudo do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ). No ano, a inflação da região metropolitana do Rio de Janeiro tem se mantido baixa (+0,51% até agosto), influenciada pela forte queda da inflação dos serviços (-0,70% até agosto). Pág. 03

Parecer pelo impeachment de Witzel tem aprovação unânime

(Foto: EBC)

Até correligionários de Witzel votaram a favor do parecer.

A comissão especial que analisa o pedido de impeachment de Witzel na Alerj aprovou na tarde de quinta-feira, 17, por 24 votos a 0, o parecer do relator, deputado Rodrigo Bacellar (SDD), pela continuidade do processo de afastamento do governador. O resultado da votação foi publicado no Diário Oficial de ontem, 18. A partir da próxima segunda-feira, 21, começa a contar o prazo de 48 horas para o parecer ser inserido na pauta da Alerj. Pág. 08

Desemprego avança para 14,3% na pandemia, atingindo 13,7 milhões

Dados divulgados ontem, 18, pelo IBGE, apontam que a taxa de desocupação no País saltou para o maior patamar da série histórica da Pnad covid-19, iniciada em maio, 14,3%, totalizando 13,7 milhões de desempregados na quarta semana de agosto, um aumento de 1,1 ponto percentual frente à semana anterior (13,2%). A população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,4 milhões de pessoas. Pág. 03

Mundo chega a 30 milhões de casos de covid-19 e países retomam 'lockdowns'

Pág. 02

Nos EUA, Nancy Pelosi diz que US$ 2,2 tri em estímulos podem ser insuficientes

Pág. 02

Fifa rechaça Mundial de Clubes em 2020 e o projeta no início de 2021

Pág. 02

INTERNACIONAL

Nos EUA, Nancy Pelosi diz que US$ 2,2 tri em estímulos podem ser insuficientes

Presidente da Câmara dos Representantes, a democrata Nancy Pelosi insistiu ontem na necessidade de mais medidas de estímulo fiscal, a fim de apoiar a economia dos Estados Unidos. Durante entrevista à Bloomberg TV, Pelosi afirmou que as necessidades de estímulo "estão apenas crescendo", diante do choque da pandemia.

Pelosi voltou a comentar a divergência sobre um novo pacote fiscal com a situação republicana no Legislativo e a Casa Branca. Na avaliação dela, os US$ 2,2 trilhões em estímulos, atualmente em consideração, podem ser insuficientes diante das necessidades.

A liderança democrata também ressaltou que é crucial financiar Estados e municípios, que enfrentam gastos maiores com a pandemia, na saúde pública.

A presidente da Câmara dos EUA lembrou que, em meio aos projetos de Trump para levar as crianças de volta à escola, é preciso haver verbas para isso.

Questionada se algum acordo seria melhor que nenhum acordo sobre as medidas fiscais, ela respondeu que não necessariamente, renovando as críticas aos republicanos que, segundo ela, almejam verba insuficiente diante do tamanho do choque econômico.

Pompeo vai a Boa Vista para mostrar alinhamento contra Nicolás Maduro

(Foto: EBC)

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, chegou ao Brasil na tarde de ontem, 18.

O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, chegou ao Brasil na tarde de ontem, 18, em meio a esforços para estreitar laços na região amazônica e demonstrar um alinhamento contra o governo de Nicolás Maduro na Venezuela.

Seu primeiro compromisso em Roraima é uma visita a instalações da Operação Acolhida, do Exército Brasileiro, voltada para migrantes e refugiados venezuelanos. Pompeo terá uma reunião de 40 minutos com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Na quinta-feira, Pompeo se encontrou com os dois mais novos presidentes da região: Irfaan Ali, da Guiana, e Chan Santokhi, do Suriname. Com a passagem pelo Brasil e pela Colômbia, o secretário americano visitará todos as nações que têm fronteiras com a Venezuela. Em todos, ele tem reforçado intenções de investimento americano nesses países, apoio no combate à pandemia do novo coronavírus e a "defesa da democracia".

"Eles vão discutir a cooperação EUA-Brasil para enfrentar ameaças comuns à segurança regional", disse o Departamento de Estado americano, em um comunicado oficial sobre a viagem. "Isso inclui o desastre humanitário que o regime ilegítimo de Maduro impôs na região, e seu tráfico ilegal de armas, ouro e drogas."

Mundo chega a 30 milhões de casos de covid-19 e países retomam 'lockdowns'

(Foto: EBC)

Ontem, 18, o governo do Reino Unido advertiu que poderá retomar o confinamento na Inglaterra após observar o aumento do número de casos.

Os contágios de covid-19 no planeta superaram a marca dos 30 milhões, de acordo com o levantamento em tempo real da Universidade Johns Hopkins, dos EUA.

O número de mortes, segundo a mesma instituição, ultrapassou os 945 mil. Enquanto a pandemia avança, países adotam "lockdowns" parciais e tentam retomar a "normalidade" enquanto não há uma vacinação universal a curto prazo.

Ontem, 18, o governo do Reino Unido advertiu que poderá retomar o confinamento na Inglaterra após observar o aumento do número de casos, com as taxas de hospitalização dobrando a cada oito dias, segundo o Ministério da Saúde. "Queremos evitar um confinamento nacional, mas estamos preparados para fazer isso, se necessário", disse o ministro da Saúde, Matt Hancock, à rede BBC. "Estamos preparados para fazer o que for necessário." De acordo com Hancock, novas restrições serão aplicadas a partir desta sexta em partes do nordeste da Inglaterra. Em várias cidades da região, que somam quase dois milhões de habitantes, ficará proibido o encontro entre pessoas que vivam em casas diferentes, e todos os locais de entretenimento terão de permanecer fechados entre 22h e 5h.

Além da Inglaterra, Israel começou a aplicar um segundo "lockdown" de sua população nesta sexta-feira devido ao ressurgimento da pandemia no país, que tem a maior taxa de contágio das últimas duas semanas.

O primeiro-ministro Binyamin Netanyahu alertou sobre "um aumento preocupante de infecções e pacientes gravemente doentes" para justificar o confinamento de três semanas, que coincide com o feriado judaico. Um "lockdown" foi imposto no final de março e levantado em maio com a diminuição das contaminações, mas na semana passada os novos casos atingiram máximas diárias de mais de 5 mil diagnósticos positivos.

Fifa rechaça Mundial de Clubes em 2020 e o projeta no início de 2021

O presidente da Fifa, Gianni Infantino, disse ontem (18) que o Mundial de Clubes não acontecerá em 2020 em razão dos impactos da pandemia do novo coronavírus (covid-19). Segundo o dirigente suíço, a ideia é que a competição, sediada no Catar, a ideia é que a competição ocorra no início de 2021.

"Como muitas confederações, ou algumas delas, melhor dizendo, possivelmente não terminarão os torneios continentais até dezembro, é improvável que o Mundial ocorra em dezembro, como planejado. Estamos monitorando e discutindo sobre realizá-lo, provavelmente, no começo do [próximo] ano, ao invés do fim do ano [de 2020]" afirmou Infantino em entrevista coletiva realizada após o encerramento do 70º congresso anual da Fifa. "Faremos isso consultando as confederações e os participantes, para tomarmos a melhor decisão. Hoje, temos uma situação em que há coisas mais importantes que o futebol a serem levadas em conta", completou o dirigente.

Em julho, a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) informou que a Libertadores de 2020 acabará em janeiro do próximo ano. A Liga dos Campeões Asiática, por sua vez, tem a decisão prevista para o dia 19 de dezembro. Até o momento, só dois times estão classificados para o Mundial: o Bayern de Munique (Alemanha), pelo título da Liga dos Campeões da Europa, e o Al Duhail, que foi campeão do Catar em agosto e será o representante do país-sede.

Presidente da Fifa teme atrasos em eliminatórias da Copa do Mundo

Os adiamentos sucessivos de jogos das eliminatórias da Copa do Mundo de 2022 causados pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) se tornaram um problema, e um encurtamento do formato pode ser uma possibilidade em alguns casos, disse presidente da Fifa, Gianii Infantino.

As eliminatórias sul-americanas, que deveriam ter começado em março, só começarão no mês que vem, e o início do torneio da Confederação de Futebol das Américas do Norte, Central e do Caribe (Concacaf), que deveria ter ocorrido neste mês, foi postergado para março próximo. Enquanto isso, seis datas de partidas foram adiadas na competição de eliminatórias asiáticas.

"Estou preocupado, e obviamente é um verdadeiro problema, especialmente se a pandemia não parar ou afrouxar, ou se não começarmos a jogar de uma forma normal", disse Infantino a repórteres após o Congresso da Fifa. "Estamos nas mãos das autoridades de saúde", declarou.

Infantino disse que a entidade abriu uma janela extra para partidas internacionais em janeiro de 2022 e que estudará encontrar espaço para outras mais, algo que pode desagradar clubes europeus que teriam que liberar seus jogadores.

Uma alternativa poderia ser disputar três partidas, ao invés de duas, durante uma janela internacional, ou realizar eliminatórias em um único local, ao invés de em casa ou fora.

GERAL

Tribunal da Lava Jato nega desbloqueio de R$ 550 mil de ex-presidente da Estre

Por unanimidade, os desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) negaram na quarta-feira, 16, um pedido do ex-presidente do grupo Estre Ambiental Wilson Quintella Filho para o desbloqueio de R$ 549.835,08 de uma conta bancária do empresário. A decisão mantém a medida que foi decretada pelo juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba para garantir a persecução penal em processo na qual Quintella é réu na Lava Jato.

O ex-presidente da Estre é acusado pelo Ministério Público Federal de corrupção e lavagem de dinheiro por diversos pagamentos de propina, entre 2008 a 2014, para Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro. Em novembro de 2019, a 13ª Vara Federal acolheu o pedido da Procuradoria e determinou o bloqueio de ativos mantidos em contas e investimentos bancários do empresário.

Em apelação ao TRF-4, os advogados de Quintella defenderam que o dinheiro tinha origem lícita e alegaram que não existem indícios de que os bens do empresário sejam provenientes dos crimes narrados no processo. A defesa argumentou que os recursos repassados a Sergio Machado não teriam transitado pela conta bancária do empresário.

Os advogados ainda sustentaram que a medida de sequestro de bens seria inaplicável no caso do ex-presidente da Estre, uma vez que não teriam sido realizadas diligências no sentido de bloquear os proveitos do crime.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Marcos Henrique
Comercial

Valter Lana
Editor responsável

www.diariodenoticias.com.br
site

redacao@diariodenoticias.com.br
e mail

Contato: 55 11 5584-0035 - marcio@diariodenoticias.com.br

Quase 14% dos paulistanos já foram contaminados pelo novo coronavírus

Cerca de 1,64 milhão de pessoas na cidade de São Paulo – 13,9% da população total – já foram infectadas pelo novo coronavírus. Este foi o resultado da quinta fase do inquérito sorológico feito pela prefeitura, que testou 5,7 mil pessoas adultas em todo o município.

O estudo mostrou que a contaminação é seis vezes maior entre os mais pobres que entre os mais ricos. Entre as classes D e E, o percentual de contaminação ficou em 18,7% e, nas classes A e B, em 3,1%. A contaminação é também acima da média entre os negros (17,4%). Entre as pessoas brancas, o percentual é de 10,7%.

Apesar da grande diferença, foi constatado aumento do índice de pessoas que tiveram contato com o vírus na parte centro-oeste da cidade, onde ficam alguns dos bairros mais ricos do município. O percentual subiu de 5,2%, na etapa anterior da pesquisa, para 10,3%. O extremo leste tem, no entanto, o maior percentual de contaminados (19,6%), seguido pelo extremo sul (15,1%).

A possibilidade de trabalhar em casa apareceu como uma forma de proteção em relação ao vírus. Entre os que ficaram em regime de teletrabalho, o percentual de contaminação ficou em 7,2% e, entre os que tiveram que sair para trabalhar, em 18,9%.

Os desempregados apresentaram percentual de 14,9% de contaminação pelo vírus. A maioria das pessoas que teve contato com o vírus, mesmo tendo anticorpos, não apresentou sintomas, totalizando 61,8% de assintomáticos.

O último boletim divulgado pela prefeitura da capital paulista registra 18,9 mil mortes suspeitas ou confirmadas por covid-19, a doença provocada pelo novo coronavírus.

(Foto: EBC)

O estudo mostrou que a contaminação é seis vezes maior entre os mais pobres que entre os mais ricos.

POLÍTICA

Em SC deputados abrem processo de impeachment contra governador e vice

(Foto: EBC)

A autorização do julgamento não implica no afastamento imediato de Moisés e Daniela de seus cargos.

Com 33 votos favoráveis, cinco a mais que o mínimo necessário, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) autorizou a abertura do processo de impeachment contra o governador do Estado, Carlos Moisés da Silva (PSL), em sessão extraordinária, na noite de quinta-feira (17). A motivação do processo - que pode levar à cassação do mandato - foi o reajuste salarial para equiparar vencimentos dos procuradores do Estado com os procuradores da Assembleia em 2019. Em votação separada, 34 parlamentares votaram pelo prosseguimento de processo de impeachment contra a vice-governadora Daniela Reinehr.

Com a decisão do plenário, tanto Moisés quanto a vice-governadora Daniela Reinehr (sem partido) serão julgados por crime de responsabilidade por uma comissão julgadora, composta por deputados e desembargadores de Justiça, que será formada nos próximos dias. Os trabalhos dessa comissão serão conduzidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). O governador e a vice serão notificados da decisão. As defesas de ambos negam que tenha havido crime de responsabilidade fiscal.

A autorização do julgamento não implica no afastamento imediato de Moisés e Daniela de seus cargos. A decisão sobre o afastamento caberá à comissão julgadora que ainda será formada e terá cinco deputados. Caso isso aconteça, o primeiro na linha de sucessão seria o presidente da Alesc, o deputado Julio Garcia. Esta semana ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por lavagem de dinheiro na Operação Alcatraz. A denúncia é analisada pela Justiça Federal. Se Garcia não puder assumir, assume interinamente o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), desembargador Ricardo Roesler.

Roberto Jefferson derruba alianças do PTB com adversários de Bolsonaro

Alinhado com o presidente Jair Bolsonaro, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, promoveu quinta-feira, 17, uma intervenção e anulou as convenções partidárias nas cidades onde a sigla apoiaria candidatos de legendas que fazem oposição ao Planalto. São elas São Bernardo do Campo, Osasco e Presidente Prudente, em São Paulo, Salvador e Fortaleza. Os movimentos vêm na sequência da intervenção na capital paulista na última quarta-feira, quando Jefferson tirou da disputa Marcos da Costa, ex-presidente da OAB-SP, que será candidato a vice do deputado Celso Russomanno (Republicanos). A articulação nesse caso passou pelo próprio presidente da República, que telefonou para o presidente estadual do PTB, Campos Machado, pouco antes do início da convenção do partido em São Paulo. No Estado, o objetivo de Bolsonaro e Jefferson é combater o governador João Doria (PSDB), potencial adversário do presidente na eleição de 2022.

Em São Bernardo do Campo e em Osasco, o PTB havia indicado os candidatos a vice de Luiz Marinho e Emídio Souza, ambos do PT. Em Presidente Prudente, o partido comporia chapa com Laércio Alcântara, do DEM. Em Salvador, a sigla de Jefferson apoiaria Bruno Reis, também do DEM, e, em Fortaleza, estaria com Luizianne Lins, do PT. Segundo um integrante da Executiva Nacional do PTB, o veto que atropelou os acordos locais proibiria a princípio apenas alianças com partidos de esquerda.

PF apura superfaturamento de R$ 7 mi em compra de 590 camas hospitalares no TO

A Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) deflagraram ontem, 18, a Operação Cama de Tut, com o objetivo de apurar supostas irregularidades de fraude na aquisição de 590 camas hospitalares pelo Governo do Estado do Tocantins. Os órgãos de controle calculam possível superfaturamento de R$ 7.458.815,40 na licitação sob investigação. Cerca de 30 agentes cumpriram seis mandados de busca e apreensão na capital de Tocantins, Palmas, e São Paulo. As ordens foram expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

De acordo com a PF, os investigados são suspeitos de fraudar processo licitatório conduzido pela Secretaria Estadual de Saúde e alienar os leitos com valores aproximadamente 227% superiores aos praticados pelo mercado e pela própria empresa que venceu o certame.

A CGU indicou que a Secretaria de Saúde do Tocantins realizou o pregão eletrônico para adquirir equipamentos hospitalares sem pesquisa de mercado e com sobrepreço, mediante restrições no edital que inviabilizaram a participação de outras empresas e inibiram o caráter competitivo do certame. Os valores envolvidos na contratação são da ordem de R$ 13,3 milhões. De acordo com a Polícia Federal, a ofensiva busca obter novas provas, verificar a efetiva entrega dos bens adquiridos e apurar suposto pagamento de vantagens indevidas.

OAB pede ao STF anular buscas contra advogados investigados na Operação E$quema S

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal (STF) na última quarta-feira, 16, na tentativa de anular as diligências determinadas pelo juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio e responsável pelos processos da Lava Jato Rio, na Operação E$quema S.

Tráfico de influência, estelionato, lavagem, peculato, corrupção e exploração de prestígio: entenda as acusações da Lava Jato a advogados por desvios de R$ 151 mi do Sistema S Rio.

Advogados renomados no meio político são investigados no caso e tiveram endereços profissionais e residenciais vasculhados na quarta-feira passada, 9, na fase ostensiva do inquérito que apura desvios milionários das seções fluminenses do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac RJ) e Federação do Comércio (Fecomércio RJ). A entidade sustenta que as apurações envolvem autoridades com prerrogativa de foro e, por isso, a competência para julgar e processar o caso seria do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, acusa o Ministério Público Federal no Rio de empreender um 'malabarismo jurídico' na tentativa de manter o caso correndo na primeira instância.

"Como parte dessa estratégia, a investida contra o exercício da advocacia e suas prerrogativas tornou-se o caminho mais apropriado, inclusive porque, para além de permitir a manipulação dos fatos para atrair a invocação de tipos penais em tese perpetrados apenas por agentes privados (exploração de prestígio e tráfico de influência), possibilitou aos investigadores/acusadores a adoção de medidas constritivas voltadas a afastar de forma ilegal e abusiva a inviolabilidade dos escritórios de advocacia", diz um trecho da ação.

ECONOMIA

Fecomércio: 89% acham que preços estão aumentando no Rio

Estudo do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) mostra que 89% dos consumidores fluminenses acreditam que os preços dos bens e serviços que costumam comprar estão aumentando. No ano, a inflação da região metropolitana do Rio de Janeiro tem se mantido baixa (+0,51% até agosto), influenciada pela forte queda da inflação dos serviços (-0,70% até agosto). No entanto, a sensação de que os preços estão aumentando pode estar vindo da inflação observada no grupo de alimentação no domicílio (+3,14% até agosto). Contribuíram para o aumento dos preços dos alimentos consumidos em casa a inflação do arroz (15,7% até agosto), feijão (+29,22%), cebola (+43,84%) e do leite longa vida (+18,76%), ingredientes muito presentes na mesa do brasileiro. A sondagem contou com a participação de 502 consumidores do estado do Rio, com o objetivo de entender quais as expectativas dos fluminenses com relação à retomada da economia estadual e nacional, além da percepção sobre o desemprego e renda familiar, entre outros indicadores.

Perspectiva para renda familiar - A pesquisa também procurou saber quais são as expectativas dos consumidores fluminenses para a evolução da sua renda. Em julho, 55,5% acreditavam que sua renda cairia. Em setembro, o percentual caiu para 41,5%.

Agronegócio evitou que Brasil entrasse em colapso econômico, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro voltou a enaltecer a participação do agronegócio na manutenção da economia brasileira durante o período da pandemia da covid-19. Ele participou ontem, 18, de evento em Sorriso (MT) para entrega de cerca de 1.800 títulos de propriedade rural a agricultores familiares. "O agronegócio em grande parte evitou que Brasil entrasse no colapso econômico e mais do que nos deu segurança alimentar, não só a 210 milhões de brasileiros bem como a mais de um bilhão de outras pessoas que vivem ao redor desse enorme mundo. Vocês estão de parabéns. Vocês são nosso orgulho", declarou. Bolsonaro afirmou que o Estado de Mato Grosso foi um dos que não se "acovardou" e enfrentou o novo coronavírus. "O vírus, eu sempre disse, era uma realidade e tínhamos que enfrentá-lo, nada de se acovardar perante aquilo que não podemos fugir, essa região, esse Estado, agiu dessa maneira." Mais uma vez, o presidente também fez críticas à política do "fica em casa" adotada no combate à pandemia. "Vocês não pararam durante a pandemia, vocês não entraram na conversinha mole de fica em casa a economia vemos depois, isso é para os fracos", disse.

IBGE: desemprego na pandemia atinge maior patamar em agosto

A taxa de desocupação atingiu 14,3%, na quarta semana de agosto, um aumento de 1,1 ponto percentual frente à semana anterior (13,2%), alcançando o maior patamar da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) covid-19, iniciada em maio. Essa alta acompanha o aumento na população desocupada na semana, representando cerca de 1,1 milhão a mais de pessoas à procura de trabalho no país, totalizando 13,7 milhões de desempregados. Os dados foram divulgados ontem (18) pelo IBGE.

(Foto: EBC)

A população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,4 milhões de pessoas.

A população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,4 milhões de pessoas, mantendo-se estável em relação à semana anterior (75 milhões) e, também, frente à semana de 3 a 9 de maio (76,2 milhões). Nessa população, disseram que gostariam de trabalhar cerca de 26,7 milhões de pessoas (ou 35,8% da população fora da força de trabalho). Esse contingente ficou estável frente à semana anterior (26,9 milhões ou 35,9%) e à semana de 3 a 9 de maio (27,1 milhões ou 35,5%). Cerca de 16,8 milhões de pessoas fora da força que gostariam de trabalhar e não procuraram trabalho não o fizeram por causa da pandemia ou por não encontrarem uma ocupação na localidade em que moravam. Elas correspondiam a 22,6% das pessoas fora da força. Esse contingente permaneceu estável em relação à semana anterior (17,1 milhões ou 22,9%), mas diminuiu frente à semana de 3 a 9 de maio (19,1 milhões ou 25,1%).

A coordenadora da pesquisa, Maria Lucia Vieira, destaca o crescimento da taxa de desocupação, que era de 10,5% no início de maio, e explica que a alta se deve tanto às variações negativas da população ocupada quanto ao aumento de pessoas que passaram a buscar trabalho.

Multas do Cade a empreiteiras são alvo do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) investiga se multas aplicadas a empreiteiras pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foram mais baixas do que determina a legislação. Foi aberto processo para apurar irregularidades especialmente em acordos firmados com empresas investigadas na Lava Jato, como Odebrecht, OAS, Carioca Engenharia e Andrade Gutierrez. Conselheiros do órgão apontam que as vantagens obtidas pelas companhias com atos ilícitos foram muito maiores do que as punições sofridas. Em despacho ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso, o ministro do TCU Augusto Sherman acolhe pedido do Ministério Público de Contas da União e determina a realização de uma diligência no Cade. Há uma semana, foi enviado ofício dando 15 dias para o conselho mandar informações ao TCU.

Na representação, o procurador do MP da União Júlio Marcelo de Oliveira alega que, ao firmar acordos que encerram as investigações contra as empresas, chamados de Termo de Compromisso de Cessação (TCC), o Cade estaria "estipulando contribuições pecuniárias em valor aquém ao da vantagem auferida, prática que daria margem à subpunição" das companhias.

O procurador cita o julgamento de 16 TCCs relacionados à Lava Jato em novembro de 2018, quando os acordos levaram ao pagamento de um total de R$ 897,9 milhões. No julgamento, foi definido que a Odebrecht pagaria R$ 578,1 milhões, em seis processos. A OAS propôs o pagamento de R$ 175,1 milhões, a Andrade Gutierrez, R$ 75 milhões, e a Carioca Engenharia, R$ 68,9 milhões.

Como mostrou o Estadão/Broadcast na época, dois conselheiros do Cade criticaram o valor das multas. O então conselheiro Paulo Rezende afirmou que as quatro construtoras ganharam R$ 25 bilhões com as obras superfaturadas e que o valor pago deveria ter sido pelo menos três vezes maior. A então conselheira Cristiane Alkmin disse na ocasião que as multas deveriam ser de cerca de R$ 4 bilhões.

LEIS & PROJETOS

Perde validade MP que autorizou Ministério da Justiça a prorrogar contratos

A Medida Provisória 968/20, que autoriza o Ministério da Justiça e Segurança Pública a prorrogar os contratos temporários de nove servidores, perdeu a validade quinta-feira (17). A matéria não foi votada na Câmara e no Senado e aguarda edição de decreto legislativo até 15 de novembro de 2020.

De acordo com a MP, os contratos poderiam ser prorrogados por mais um ano, vencendo no dia 18 de maio de 2021. Os profissionais citados na medida prestam serviço para o ministério desde 2015.

O governo federal argumenta que os servidores são necessários para a operacionalização do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp). O sistema integra informações dos estados relativas à segurança pública, como boletins de ocorrência policial, monitoramento de áreas com altos índices de criminalidade, dados de mandados de prisão e cadastros de desaparecidos, entre outros, explica a mensagem que acompanha a MP. Ainda segundo o governo, a equipe também é importante para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

O governo argumenta também que a epidemia de Covid-19 impede a realização de concurso público para provimento dessas vagas.

Projeto inclui ovo como item essencial da cesta básica

O Projeto de Lei 4534/20 inclui o ovo como item essencial do grupo de alimentos que compõem a cesta básica. O texto altera o Decreto-Lei 399.38, que estabelece que a parcela do salário mínimo destinada a gastos com alimentação não pode ser menor ao custo da Cesta Básica Nacional.

O projeto está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

Segundo o autor, deputado Jerônimo Goergen, o alimento é quase um polivitamínico natural, considerando a presença em sua composição de boas quantidades das vitaminas A, D, E e do complexo B. "Isso significa que, de uma forma geral, é um bom antioxidante, evitando o envelhecimento precoce e o desenvolvimento de doenças crônicas, como câncer", diz Goergen. "A inclusão do ovo, alimento rico em proteína, vitaminas e minerais, é necessária e fundamental, pois ele atende as necessidades nutricionais das crianças, adolescentes, adultos e idosos", completa.

O que entra na cesta hoje - Atualmente, a cesta básica é composta por por treze produtos alimentícios em quantidades que variam conforme a região do País: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga.

Proposta permite que segurança pública contrate servidor aposentado para trabalhos específicos

O Projeto de Lei 4523/20 cria o Programa Segurança Permanente, que permite a contratação de servidores aposentados da segurança pública pelos órgãos de origem para atribuições específicas. A medida é voltada para policiais federais, civis e militares, guardas municipais e outros. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Pela proposta, do deputado Hugo Leal, o retorno à atividade será voluntário. Os tipos de trabalho e a remuneração serão definidos em regulamento. O salário incluirá gratificação especial, férias, auxílio-transporte e alimentação, além de 13º referente à gratificação. O texto altera a lei 13.675/18, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Não poderá ser designado servidor aposentado que tenha sofrido condenação penal ou sanção disciplinar de suspensão ou multa durante a vida funcional. Também não será aproveitado quem esteja respondendo a processo administrativo que possa levar à cassação da aposentadoria.

Hugo Leal afirma que experiência semelhante já vem sendo realizada com sucesso pelas Forças Armadas, que emprega militares da reserva que aceitam retornar voluntariamente. Eles são contratados como prestadores de tarefa por tempo certo (PTTC).

Para ele, a medida beneficia os órgãos de segurança pública, hoje carentes de pessoal, com baixo impacto orçamentário, pois não haveria novas despesas previdenciárias. "É indubitável que em uma medida como essa haverá o aproveitamento de pessoas já afeitas ao serviço público e que trazem consigo grande bagagem profissional", disse Leal.

Proposta amplia prazo para transação tributária relacionada ao Simples Nacional

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 189/20 amplia dos atuais 60 meses para 145 meses o prazo máximo para quitação de dívidas relacionadas ao Simples Nacional (Supersimples) quando houver transação tributária no âmbito de contenciosos de pequeno valor.

O texto em tramitação na Câmara dos Deputados altera a Lei 13.988/20, que regulamenta a negociação de débitos fiscais com a União e é oriunda da Medida Provisória 899/19, conhecida como MP do Contribuinte Legal.

Com essa norma, aprovada pelo Congresso Nacional no início deste ano e sancionada em abril, o objetivo do governo é captar recursos por meio da regularização de débitos fiscais e ao mesmo tempo diminuir os conflitos judiciais entre contribuintes e a União.

"A proposta aperfeiçoa a transação tributária, evitando que o contribuinte espere a inscrição em dívida ativa para conseguir prazos de pagamento mais alongados", afirma a autora, deputada Shéridan (PSDB-RR).

Proposta exige quadra poliesportiva coberta em escolas da rede pública

O texto em tramitação na Câmara dos Deputados determina ainda que as escolas públicas da educação básica que já possuem quadras poliesportivas devem providenciar a cobertura de pelo menos uma no prazo de até 24 meses. "A exposição à radiação solar é reconhecidamente prejudicial à saúde", afirmou o autor, deputado Felipe Carreras (PSB-PE). "Muitos alunos não gostam das aulas de educação física devido às condições inadequadas", continuou, ao pedir a aprovação da proposta.

Senadores cobram explicações de ministro por baixa execução orçamentária na área ambiental

(Foto: Senado)

Autor de requerimento de informações, Randolfe Rodrigues aponta "quase paralisação total de importantes programas".

A baixa execução orçamentária na área ambiental, mesmo com aumento do desmatamento e dos incêndios florestais, é motivo de preocupação de senadores. Eles pedem ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre a gestão dos recursos da pasta.

O Ministério do Meio Ambiente gastou R$ 105.409 nas ações diretas do orçamento entre janeiro e agosto deste ano. O valor corresponde a 0,4% da verbal total que deveria ser destinada para fortalecer a política ambiental do governo federal. Os dados são de um estudo do Observatório do Clima divulgado na sexta-feira (11).

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) diz buscar explicações para situações em o governo seria omisso, como os incêndios no Pantanal e as crescentes taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia.

"A sociedade brasileira precisa conhecer as razões que levaram à quase paralisação total desses importantes programas, em virtude da não aplicação dos recursos aprovados pelo Congresso Nacional. Esses esclarecimentos são ainda mais necessários quando se verifica a situação de descalabro ambiental em que o país se encontra", justifica o senador.

A Controladoria-Geral da União (CGU) também identificou a mesma situação no Relatório de Auditoria Anual de Contas referente ao ano de 2019. Segundo a CGU, somente foram executados 13% no programa de Mudança do Clima; 14% no de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade; e 6% no de Qualidade Ambiental.

Assim como Randolfe, o senador Jaques Wagner (PT-BA) protocolou um requerimento cobrando explicações pelos "tímidos" dados de execução do Orçamento para ações de fiscalização do Ibama, órgão ligado ao ministério comandado por Salles.

Entre janeiro e julho de 2020, o Ibama gastou apenas 20,6% dos R$ 66 milhões autorizados para ações de fiscalização ambiental para este ano.

O senador ressalta que os dados surgem em um momento de crescente desmatamento na Amazônia e no Pantanal segundo informações apresentadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Entre agosto de 2019 e julho deste ano, foram desmatados na Amazônia Legal 9.205 km² de vegetação nativa, um aumento de 34% em relação ao período anterior (6.844 km²). No bioma Pantanal, houve o registro, de 1º de janeiro a 20 de agosto de 2020, de 8.058 focos de queimada, um acréscimo de 205% em comparação ao mesmo período de 2019.

Projeto define medidas emergenciais para regular oferta de alimentos à população

(Foto: Câmara)

Enio Verri: Brasil enfrenta momento de alta de preços de alimentos da cesta básica.

O Projeto de Lei 4614/20 proíbe o uso de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para financiar as culturas de soja, de cana-de-açúcar e a bovinocultura de corte nas safras 2020/2021 e 2021/2022. O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

A proposta, por outro lado, prevê juro zero e prazos de carência e amortização duplicados, no mesmo período, para o financiamento das culturas do arroz, do feijão, da mandioca e de hortigranjeiros com recursos do Pronaf. Em caso de baixa dos preços desses produtos, o texto estabelece ainda que o governo defina preços mínimos para remunerar efetivamente os custos dos produtores, garantindo a eles um bônus de 15% como estímulo à segurança alimentar.

Apresentado pelo deputado Enio Verri (PT-PR) e outros integrantes do partido, o projeto pretende estabelecer medidas emergenciais para garantir o acesso de toda a população aos alimentos que compõem a dieta básica do brasileiro – arroz, feijão, milho e farinha de mandioca.

Compra de estoques - A fim de recompor os estoques públicos, o texto permite ainda a compra, pelo governo federal, de estoques privados de arroz, feijão, milho e farinha de mandioca, com dispensa de licitação e sobrepreço (ágio) de até 25%. Por fim, prevê a imposição de tarifas sobre o valor das exportações de arroz, milho, soja em grãos, farelo de soja e óleo de soja para países de fora do Mercosul.

Os autores do projeto destacam a atual polêmica em torno do aumento do preço do arroz no mercado interno, causada, entre outros motivos, pelo incremento das exportações, que têm sido mais vantajosas ao produtor. "Esse quadro estrutural de potencial escassez de alimentos essenciais vem acompanhado da política deliberada de extinção dos estoques públicos; de exportações desenfreadas; do câmbio; dos preços internacionais; e do aumento da demanda alimentar em decorrência do auxílio emergencial pago durante a pandemia [de Covid-19]", diz o justificativa que acompanha a proposta.

"A resultante tem sido um processo escandaloso de alta dos preços em meio a uma pandemia igualmente pavorosa. Não podemos aceitar que a 'resolução do problema' ocorra pela perversa contenção da demanda com o fim do auxílio emergencial", conclui o texto.

Projeto proíbe desmatamento na Amazônia por 5 anos e incentiva recuperação de áreas

(Foto: Câmara)

Tatto: "Este é um projeto para o país se reconciliar com a Amazônia".

O Projeto de Lei 4531/20 proíbe, pelo prazo de cinco anos, a retirada de floresta ou de vegetação nativa na área da Amazônia Legal – região que corresponde a cerca de 60% do território nacional e que abriga a Amazônia e partes do Cerrado e do Pantanal. O texto está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

Ao longo de cinco anos, segundo o projeto, a derrubada de vegetação na área da Amazônia Legal – que engloba totalmente os limites de Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e do Tocantins, além de parte do Maranhão – só poderá ser autorizada em caso de:

- exploração agroflorestal sustentável desenvolvida em pequenas propriedades ou por povos e comunidades tradicionais;
- implantação de empreendimentos de utilidade pública, quando não houver outra alternativa;
- plano de manejo florestal sustentável aprovado por órgão ambiental;
- atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa;
- implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo ou para acesso à água;
- construção de moradia de agricultores familiares; ou
- atividades tradicionais de subsistência.

Em áreas urbanas consolidadas, durante o período de proibição, a supressão de vegetação deverá ser regulamentada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Desmatamento - Autor, o deputado Nilto Tatto (PT-SP) argumenta que o objetivo é frear o aumento do desmatamento da Amazônia. Citando dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ele afirma que foram desmatados 10.129 km² no bioma entre agosto de 2018 e julho de 2019, consolidando alta de 34,4% em relação ao período de agosto de 2017 a julho de 2018.

"O agronegócio deve priorizar áreas já desmatadas e não precisa desmatar a Amazônia para expandir sua produção", diz Tatto.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2020 - PROCESSO N.º 989/2020
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Eletrônico de menor preço global, destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PROVIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA AUTOMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO CONTENDO IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, PARTES OU COMPONENTES DEFEITUOSOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAÇATUBA-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, Adjudica e Homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para a empresa classificada:
- GIGA SYSTEM E SERVIÇOS EIRELI, para fornecer o objeto licitado.

GABINETE DO PREFEITO, 17 de setembro de 2020.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2020
REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2020 - PROCESSO N.º 963/2020
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE MANDADOS DE SEGURANÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, Adjudica e Homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:
- AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, para fornecer os itens: 06, 39, 64, 96, 97, 123, 127, 142, 144, 169, 181, 182, 231;
- CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA, para fornecer os itens: 47 e 216;
- INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA, para fornecer os itens: 04, 05, 10, 33, 53, 62, 72, 77, 99, 114, 115, 116, 117, 118, 131, 162, 164, 184, 199, 220;
- DAKFILM COMERCIAL LTDA, para fornecer os itens: 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 136;
- PORTAL LTDA, para fornecer os itens: 137, 138;
- CM HOSPITALAR S/A, para fornecer os itens: 26, 43, 44, 49, 88, 101, 111, 112, 113, 129, 139, 148, 149, 155, 195, 202, 203, 204, 205;
- MAMED COMERCIAL LTDA - EPP, para fornecer os itens: 02, 34, 35, 151, 190;
- KENAN MEDICAMENTOS LTDA, para fornecer os itens: 07, 19.2, 22, 31, 36, 40, 58, 66, 75, 76, 79, 83, 85, 94, 98, 134, 140, 141, 146, 156, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 172, 178, 189, 206;
- ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, para fornecer os itens: 08, 41, 65, 74, 78, 92, 93,95, 102, 121, 133, 153, 186, 196, 212, 215, 218, 221, 229, 239;
- DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, para fornecer os itens: 01, 61, 73, 84, 159, 179, 194, 217;
- DORA MEDICAMENTOS LTDA - EPP, para fornecer os itens: 12, 16, 17, 25, 50, 52, 57, 59, 67, 68, 69, 86, 87, 89, 126, 128, 150, 152, 154, 170, 185, 200, 225, 227, 234, 235;
- PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, para fornecer os itens: 13, 18, 23, 24, 46, 70, 71, 122, 125, 130, 173, 174, 175, 176, 177, 197, 222, 228, 230;
- ITENS FRACASSADOS: 14, 15, 21, 20, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 42, 48, 45, 54, 55, 56, 80, 90, 119, 120, 124, 132, 143, 145, 147, 157, 168, 180, 183, 188, 193, 198, 201, 210, 211, 223, 224, 226, 233, 237, 240;
- ITENS DESERTOS: 03, 09, 11, 19.1, 32, 51, 60, 63, 81, 82, 91, 100, 135, 158, 171, 187, 191, 192, 207, 208, 209, 213, 214, 219, 232, 236, 238.

GABINETE DO PREFEITO, 15 de setembro de 2020.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2020 - PROCESSO N.º 1052/2020

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados, a RETIFICAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO EDITAL e NOVA DATA de entrega e abertura dos envelopes, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUIAS, SARJETAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL DA RUA 2 DE DEZEMBRO E RUAS ADJACENTES NO BAIRRO DONA AMÉLIA NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA".
Tendo em vista a RETIFICAÇÃO supra, o valor orçado pelo Município de Araçatuba passa a ser de R$ 1.032.815,48 (um milhão, trinta e dois mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e oito centavos).
Informamos, ainda, que a nova data de entrega e abertura dos envelopes dar-se-á às 09h00min do dia 21/10/2020, na sala de Licitação, Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba-SP.
O Edital retificado encontra-se à disposição no site www.aracatuba.sp.gov.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 18 de setembro de 2020.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 005/2020 - PROCESSO Nº 760/2020
EDITAL DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO, nomeada através das Portarias GP N.º 001/2020 e N.º 045/2020, TORNA PUBLICO a todos os interessados a CLASSIFICAÇÃO das propostas apresentadas pelas empresas participantes que foram habilitadas na licitação supra, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUIAS, SARJETAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, COM O FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DA PLACA DE OBRA, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA/SP", conforme segue:
1 - SERVPAV INDÚSTRIA DE MATERIAIS PARA PAVIMENTOS - EIRELI - Proposta: R$ R$ 579.519,83 (quinhentos e setenta e nove mil quinhentos e dezenove reais e oitenta e três centavos), 17,0325% menor do valor orçado pela Prefeitura;
2 - VIAMARI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - Proposta: R$ 628.091,49 (seiscentos e vinte e oito mil noventa e um reais e quarenta e nove centavos), 10,0786% menor do valor orçado pela Prefeitura;
3 - R. B. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Proposta: R$ 663.597,81 (seiscentos e sessenta e três mil quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), 4,9954% menor do valor orçado pela Prefeitura;
4 - RASI ENGENHARIA EIRELI-ME - Proposta: R$ 677.518,17 (seiscentos e setenta e sete mil quinhentos e dezoito reais e dezessete centavos), 3,0024% menor do valor orçado pela Prefeitura;
5 - CONSDON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - Proposta: R$ 677.531,43 (seiscentos e setenta e sete mil quinhentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos), 3,0005% menor do valor orçado pela Prefeitura;
6 - NOROMIX CONCRETO S/A - Proposta: R$ 691.412,73 (seiscentos e noventa e um mil quatrocentos e doze reais e setenta e três centavos), 1,0132% menor do valor orçado pela Prefeitura;
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 18 de setembro de 2020.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

EAA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ nº 11.490.109/0001-24

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa da EAA Administração e Empreendimentos S/A, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 2019 a companhia encerrou o período com um resultado positivo de R$650.997,75.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	22.066.182,81	20.745.682,66	Circulante	3.317.444,57	3.090.806,38
Disponível	18.078.430,62	17.798.220,84	Obrigações de Curto Prazo	3.317.444,57	3.090.806,38
Caixa e Bancos	184.882,60	124.268,50	Salários e Encargos a Pagar	10.646,73	0,00
Aplicações Financeiras	17.893.548,02	17.663.952,34	Outros Impostos	133.159,01	13.896,67
Créditos	1.348.249,72	317.969,35	IRPJ e CSLL a Pagar	5.233,64	6.047,87
Impostos a Recuperar	405.988,64	12.783,38	Dividendos a Pagar	1.412.025,81	1.251.702,32
Outros Créditos	942.261,08	305.185,97	Contas a Pagar	38.624,11	45.634,06
Estoques	2.639.502,47	2.639.502,47	Adiantamentos de Clientes	600.000,00	800.000,00
Estoque de Imóveis	2.639.502,47	2.639.502,47	Participações Estatutárias	323.036,63	298.887,11
Não Circulante	500.653,63	1.082.377,10	Provisões Trabalhistas	7.776,08	0,00
Investimentos	500.653,63	1.082.377,10	Provisão para IRPJ e CSLL	586.944,36	674.738,35
EAAPAR Administração e Participações	500.653,63	1.082.377,10	Não Circulante	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00	Receitas Diferidas	0,00	0,00
Imobilizado de Uso	3.825,00	3.825,00	Receitas Diferidas a Tributar	1.743.953,98	0,00
(-) Depreciação Acumulada	(3.825,00)	(3.825,00)	Receitas Diferidas Reconhecidas	(1.743.953,98)	0,00
			Patrimônio Líquido	19.249.391,87	18.737.263,38
			Patrimônio Líquido	19.249.391,87	18.737.263,38
			Capital Social	17.109.024,38	17.109.024,38
			Reservas de Lucros	869.405,36	835.653,05
			Lucros (Prejuízos) Acumulados	1.270.962,13	792.585,95
Total Geral do Ativo	**22.566.836,44**	**21.828.069,76**	**Total Geral do Passivo**	**22.566.836,44**	**21.828.069,76**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**17.109.024,38**	-	**835.653,05**	**792.585,95**	**18.737.263,38**
Aumentos de Capital:					
Com lucros e reservas	-	-	-	-	-
Por subscrição realizada	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas:					
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	21.454,23	21.454,23
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	650.997,75	650.997,75
Destinação do Lucro:					
Dividendos pagos ou creditados	-	-	-	(160.323,49)	(160.323,49)
Transferido para Reservas de Lucros	-	-	33.752,31	(33.752,31)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**17.109.024,38**	-	**869.405,36**	**1.270.962,13**	**19.249.391,87**

Demonstração de Resultado do Período Encerrado em 31/12/2019

	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Locação de Imóveis	3.060.800,45	0,00
Total da Receita Operacional	**3.060.800,45**	**0,00**
PIS s/ Faturamento	(19.895,21)	0,00
COFINS	(91.824,01)	0,00
ISS	-	-
Total das Deduções	**(111.719,22)**	**0,00**
= Receita Operacional Líquida	**2.949.081,23**	**0,00**
Despesas Administrativas	(1.299.860,71)	(1.235.957,80)
Receitas Financeiras	1.016.927,40	1.277.004,83
Despesas Financeiras	(474,32)	(7,35)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(581.723,47)	0,00
Despesas Tributárias	(754.133,45)	(928.957,17)
= Lucro Operacional Líquido	**1.329.816,68**	**(887.917,49)**
(-) Resultado Não Operacional	0,00	0,00
= Resultado Antes dos Impostos	**1.329.816,68**	**(887.917,49)**
(-) Contribuição Social s/Lucro	(179.674,52)	(123.219,92)
(-) Impostos de Renda s/Lucro	(475.095,89)	(318.277,58)
= Resultado Antes das Participações	**675.046,27**	**(1.329.414,99)**
(-) Participações Estatutárias	(24.048,52)	0,00
= Resultado Líquido do Exercício	**650.997,75**	**(1.329.414,99)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais		
(+) Recebimento de Aluguéis e Outros	2.428.718,06	
(+) Juros e Outros Rendimentos	1.061.746,81	1.277.004,83
(+) Recebimento de Lucros e Dividendos		
(-) Pagamentos de Impostos e Encargos	(1.038.022,56)	(330.165,70)
(-) Pagamentos Despesas Administrativas	(1.133.953,85)	(1.978.672,06)
(-) Pagamentos de Despesas Financeiras	(474,32)	(7,35)
(-) Pagamentos Diversos e Adiantamentos	(1.027.804,86)	(286.594,57)
Caixa Líquido Atividades Operacionais	**290.209,78**	**(1.318.434,85)**
Atividades de Investimentos		
(-) Aquisição de Ativo Permanente	-	-
(-) Outros Investimentos	-	-
Caixa Líquido Atividades de Investimentos	**0,00**	**0,00**
Atividades de Financiamentos		
(+) Novos Empréstimos	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-
(+) Integralização de Capital	-	-
(-) Pagamentos de Dividendos	-	-
Caixa Líquido Atividades de Financiamentos	**0,00**	**0,00**
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	**290.209,78**	**(1.318.434,85)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.788.220,84	19.106.655,69
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.078.430,62	17.788.220,84

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019 (Em reais)

1. Contexto operacional: A EAA Administração e Empreendimentos S.A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo e, tem como atividade a locação, venda e a administração de bens imóveis próprios e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras. A EAA tem participação na empresa EAAPAR Administração e Participações Ltda, com sede também na cidade de São Paulo. A empresa EAAPAR é proprietária de um único imóvel, situado no bairro de Santo Amaro, cidade de São Paulo, o imóvel encontra-se desocupado e não gera receita para a empresa. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas - Lei 6.404/76 e contemplam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 e com práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis que estão em convergência com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro pelo método de equivalência patrimonial, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa as do exercício anterior. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas mais relevantes adotadas pela Companhia são: a) Apuração de Resultado: As Receitas e as Despesas estão apropriadas de acordo com regime de competência, as receitas financeiras foram reconhecidas no exercício 2019 também pelo regime de competência. b) Estoques de Imóveis: Os imóveis estão avaliados pelo valor de custo e estão classificados em Estoques de Imóveis. c) Investimentos: Os investimentos estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Em atendimento ao CPC 01, a Administração revisou o valor contábil de seu investimento para fins de determinar a necessidade de provisão sobre esse valor, em caso de não recuperabilidade. e) Apuração dos Impostos: A empresa optou pelo cálculo dos impostos pelo regime do Lucro Presumido. **4. Caixa e Equivalentes:** Em 2019 a companhia teve um aumento de caixa e equivalentes no montante de R$290.209,78. **5. Aplicações Financeiras:** A conta de aplicação financeira está composta dos valores aplicados e acrescidos dos rendimentos calculados até a data do balanço e, mantidos nas instituições Banco Bradesco S.A e Banco Itaú Unibanco S/A conforme composição:

Descrição	2019	2018
Banco Bradesco	5.016.483,03	5.341.948,25
Banco Itaú Unibanco	12.877.064,99	12.322.004,09
Total	**17.893.548,02**	**17.663.952,34**

6. Impostos a Recuperar: No exercício de 2019 a Prefeitura de São Paulo calculou o IPTU a maior e não considerando que já não existe mais a construção no terreno do Tatuapé. Inicialmente o valor cobrado foi pago, e posteriormente a Prefeitura de São Paulo recalculou os valores para o ano de 2019. Os valores pagos a maior foi de R$390.729,75. Já existe um processo administrativo de pedido de restituição desse valor junto a Prefeitura de São Paulo. **7. Estoques de Imóveis:** Sua composição é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Terreno e Edifício - Rua São Felipe	1.911.180,63	1.911.180,63
Terreno - Anápolis	2.661,84	2.661,84
Terreno e Edifício - Rua Dr. Barros Filho	708.103,71	708.103,71
Terreno e Edifício - Rua Marechal Deodoro	17.556,29	17.556,29
Total	**2.639.502,47**	**2.639.502,47**

8. Contas a Receber: O saldo da conta no valor de R$935.659,32 refere-se a empréstimos para empresas do grupo conforme composição:

EAAPAR Administração e Participações	620.078,71
Comercial EMA Ltda	315.580,61
Total	**935.659,32**

9. Investimentos: O saldo de investimentos, está representado por participação na empresa EAAPAR Administração e Participações Ltda, conforme destacado na nota 1, contexto operacional. A participação societária é de 99,9999% representando em 31/12/2019 o valor de R$500.653,63. **10. Despesas de Salários:** Com a desocupação do prédio de Salto, foi necessário contratar vigias para cuidar da segurança patrimonial do imóvel. Foram contratados 3 vigias a partir do mês de janeiro 2019, o valor gasto no ano foi de R$120.112,51 com encargos. **11. Capital Social:** O Capital Social é de R$ 17.109.024,38, dividido em 42.725 (quarenta e duas mil setecentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Marco Antonio Pertel Lauria - Administrador
Ronaldo Neris de Oliveira - 1 SP 135815/O-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020:
Nº: 106/2020 - **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TESTE SOROLÓGICO PARA COVID-19 - **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 28 de setembro de 2020, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 28 de setembro de 2020, às 09:30 horas.
PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 107/2020 - **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE - **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 05 de outubro de 2020, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 05 de outubro de 2020, às 09:30 horas.
PREGÕES ELETRÔNICOS EXCLUSIVOS PARA EMPRESAS ME/EPP ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 108/2020 - **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COLCHÃO HOSPITALAR - **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 05 de outubro de 2020, às 13:45 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 05 de outubro de 2020, às 14:00 horas.
Nº: 109/2020 - **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE SELADORA - **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 06 de outubro de 2020, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 06 de outubro de 2020, às 09:30 horas.
MAURO RODRIGUES VAZ - Secretário Municipal de Saúde - Interino.
Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br, ou www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA ABERTA JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE Nº: 02/SMMA/2020
OBJETO: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICAS MÉDICAS VETERINÁRIAS PARA ATENDIMENTO AOS ANIMAIS EM SOFRIMENTO E/OU VÍTIMAS DE ACIDENTES, ABANDONADOS E VÍTIMAS DE MAUS TRATOS QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO MÉDICO, VETERINÁRIO E CIRÚRGICO - **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até 16 de outubro de 2020, às 09:00h, na Rua Baruel, 501 - 1º andar - Sala 106, no horário das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
EDSON GIANUZZI - Secretário Municipal de Meio Ambiente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2020** tipo MENOR PREÇO. Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AÇÕES JUDICIAIS.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00h do dia 02/10/2020, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 21/09/2020. Orlândia, SP, 18 de Setembro de 2020. OSWALDO RIBEIRO JUNQUEIRA NETO - Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2020** tipo MENOR PREÇO. Objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL - LINHA PESADA - (ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, CAMINHÕES) INCLUINDO AUTO SOCORRO NOS LIMITES DO MUNICÍPIO.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:30h do dia 02/10/2020, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 21/09/2020. Orlândia, SP, 18 de Setembro de 2020. OSWALDO RIBEIRO JUNQUEIRA NETO - Prefeito Municipal.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04.004/2020- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MUDANÇA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESMONTAGEM E MONTAGEM (ORIGEM/DESTINO), VEÍCULOS, MÃO DE OBRA E EMBALAGENS, PARA TRANSPORTE DE MOBILIÁRIOS, APARELHOS ELETROELETRÔNICOS, PROCESSOS, DOCUMENTOS, DOCUMENTOS EM GERAL, MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, MATERIAIS DE CONSUMO E BENS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA PRODAM, ATUALMENTE LOCALIZADA NA AV. FRANCISCO MATARAZZO, Nº 1.500, ÁGUA BRANCA, CEP 05001-100, SÃO PAULO/SP (UNIDADE BARRA FUNDA), PARA O EDIFÍCIO GRANDE SÃO PAULO, LOCALIZADO NA RUA LÍBERO BADARÓ, Nº 425, CENTRO, SÃO PAULO/SP (UNIDADE LÍBERO BADARÓ)

O Pregoeiro designado informa que ENCONTRA-SE ABERTO na **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.**, o processo em referência. **O encaminhamento da Proposta de Preços deverá ser feito a partir da divulgação até às 10 horas do dia 02/10/2020, no site www.comprasnet.gov.br, sendo a sessão de abertura das propostas às 10 horas do mesmo dia.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:
Pregão Eletrônico: Nº 059/2020; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO CONTÍNUO E ROTINEIRO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. **Edital Na Íntegra:** (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações – Pregões Eletrônicos 2020); www.bbmnetlicitacoes.com.br na Rua. Joaquim Mourão, 289, Centro – Leme, Das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 08:00HORAS DO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2020 ATÉ AS 08:00 DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS: AS 08:01 DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2020; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: AS 09:30HORAS DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2020; REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br "ACESSO IDENTIFICADO".
Leme, 17 de setembro de 2020.
LISETE CRISTINA GANEO KINOCK - SECRETÁRIA DE SAÚDE
ÓRGÃO GERENCIADOR

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07.002/2020- CONTRATAÇÃO DE COBERTURA SECURITÁRIA NA MODALIDADE RESPONSABILIDADE CIVIL D&O (DIRECTORS & OFFICERS), COM ABRANGÊNCIA NACIONAL, PARA CONSELHEIROS DA ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES, LEGALMENTE ELEITOS PELA PRODAM E PELOS EMPREGADOS DA EMPRESA.

O Pregoeiro designado pelo Sr. Diretor de Administração e Finanças e pela Sra. Diretora Jurídica da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.** no uso das atribuições que lhes confere o Estatuto Social, comunica decisão de **REVOGAR**, o processo acima referenciado, nos termos do parecer GJU- 149/2020, devidamente aprovado na reunião de diretoria número 1961ª de 18/09/2020 encartado no processo SEI n. 7010.2020/000936-1, pois foi declarado **FRACASSADO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acha aberto o pregão eletrônico abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3621.6022, ou à Praça Felix Guisard, 11 – 1º andar - Centro, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 14hs às 18hs, sendo R$ 36,46 (Trinta e seis reais e quarenta e seis centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. O edital também estará disponível, sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica da BBMNET, www.bbmnetlicitacoes.com.br.
Pregão eletrônico Nº 213/20, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de materiais medico hospitalares, por um período de 12 (doze) meses, improrrogáveis, com encerramento dia 05.10.20 às 08h30. A sessão pública ocorrerá no seguinte endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br.
PMT, aos 18.09.2020.
JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 047/2020: OBJETO: Registro de preços para aquisições de concreto betuminoso usinado à quente, faixa D: DATA DO PREGÃO: 01 de outubro de 2.020, às 09:00h; LOCAL: Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme – Rua Joaquim Mourão, 289 - centro- Leme/SP: DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 19/09/2020, junto ao site www.leme.sp.gov.br – licitações (gratuito);
Publique-se.
Leme, 18 de setembro de 2.020
LUIZ ANTONIO PONTES - SECRETÁRIO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS
ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

PROCESSO Nº 102/2020
RETOMADA DE SESSÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização do transporte de pacientes de baixo risco do Sistema Único de Saúde – SUS, atendidos pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde residentes no município de Pereira Barreto – SP
PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS, Pregoeiro da Prefeitura Municipal Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando que as empresas ANDRÉ RENATO FRETAMENTO E TURISMO e DRAGÕES RECURSOS HUMANOS EIRELI, não cumpriram requisitos para assinatura do contrato, e ainda a inabilitação da empresa A M F DA SILVA EIRELI.
Faz saber que fica redesignada para o dia 24 de setembro de 2020 às 09h:00min a retomada da sessão pública com os licitantes remanescentes a saber: FERNANDO EMILIO ZAINE – ME, N. R. MATSUTANI EIRELLI – ME e NOROESTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP para prosseguimento do certame.
Pereira Barreto -SP, 18 de setembro de 2020.
Paulo César Rodrigues dos Santos
Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALVINLANDIA/SP

COMUNICADO: LICITAÇÃO ABERTA
MODALIDADE: PREGÃO N.º 012/2020 – PROCESSO N.º 038/2020. OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, "PREFERENCIALMENTE DE 1ª LINHA" VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS PARA O USO DESTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NOS REPAROS, MANUTENÇÃO E OU CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS (PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, COMPLEXO ESPORTIVO "DR. RICARDO COUTO", CENTRO DE SAÚDE, CRECHE MUNICIPAL, EMEI, EMEF, VELÓRIO MUNICIPAL, SETOR SOCIAL, PRAÇAS E JARDINS DENTRE OUTROS)", DE ACORDO COM ANEXO I". **DATA DE ABERTURA:** 06/10/2020 ÀS 09:00 HORAS. **EDITAL DISPONÍVEL:** NO SETOR DE LICITAÇÕES E PELO SITE **www.alvinlandia.sp.gov.br**. MAIORES INFORMAÇÕES COM O SR. PREGOEIRO (MANOEL ANTONIO PEDROSO DA SILVA) NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA, NA PRAÇA DR. DANIEL GUARIDO, Nº 294, PELO TELEFONE (14) 3473-8700 OU POR E-MAIL: [illegible]. ALVINLÂNDIA, 16 DE SETEMBRO DE 2020.
ABIGAIL CATELI DIAS - PREFEITA MUNICIPAL

Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

CNPJ Nº 17.104.815/0001-13

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo / Circulante	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.850	10.494
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 7)	7.184	6.507
Contas a receber de clientes (Nota 8)	37.261	32.352
Tributos a recuperar (Nota 9)	534	1.394
Outras contas a receber	2.201	776
Total do ativo circulante	55.030	51.523
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
IR e contribuição social diferidos (Nota 10)	26.979	31.194
Tributos a recuperar (Nota 9)	103	204
	27.082	31.398
Imobilizado (Nota 11)	115.583	121.285
Intangível (Nota 12)	30.784	30.617
Total do ativo não circulante	173.389	183.304
Total do ativo	228.379	234.809

Passivo e patrimônio líquido / Circulante	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	43.934	38.929
Fornecedores e contas a pagar (Nota 14)	21.530	18.429
Tributos a pagar	6.478	3.991
Obrigações sociais e trabalhistas	4.256	5.118
Adiantamento de clientes	1.996	6.095
Arrendamentos (Nota 13 c)	902	-
Receita diferida	432	60
Provisões (Nota 15)	6.490	6.243
Total do passivo circulante	86.088	88.457
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	121.282	165.510
Mútuo - partes relacionadas (Nota 13.b)	3.146	2.918
Arrendamentos (Nota 13 c)	1.578	-
Total do passivo não circulante	126.006	168.428
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 17)	39.230	39.230
Prejuízos acumulados	-22.925	-53.306
Total do patrimônio líquido	16.305	-14.076
Total do passivo e patrimônio líquido	228.379	234.809

Demonstrações dos resultados

	2019	2018
Receitas (Nota 18)	180.789	161.797
Custos dos serviços prestados (Nota 19)	-80.965	-75.410
Lucro bruto	99.824	86.387
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 19)	-19.911	-21.892
Despesas com vendas (Nota 19)	-18.687	-16.326
Lucro antes do resultado financeiro	61.226	48.175
Receitas financeiras (Nota 20)	1.784	1.345
Despesas financeiras (Nota 20)	-16.889	-19.021
Resultado financeiro, líquido	-15.105	-17.676
Lucro antes do IR e da contribuição social	46.121	30.503
IR e contribuição social corrente (Nota 10)	-11.525	-4.850
IR e contribuição social diferido (Nota 10)	-4.215	-5.518
Lucro líquido do exercício	30.381	20.135
Quantidade de ações durante o exercício (ponderadas) - em milhares	39.230	39.230
Lucro líquido do exercício por ação básico (expresso em R$) (Nota 17.a)	0,77	0,51

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	30.381	20.135
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	30.381	20.135

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	39.230	-73.441	-34.211
Lucro líquido do exercício	-	20.135	20.135
Em 31 de dezembro de 2018	39.230	-53.306	-14.076
Lucro líquido do exercício		30.381	30.381
Em 31 de dezembro de 2019	39.230	-22.925	16.305

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro antes do IR e da contribuição social	46.121	30.503
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa líquido:		
Depreciação e amortização	11.367	10.805
Provisão para devedores duvidosos	-	147
Provisão para manutenção e outras	247	-
Juros e variações monetárias, líquidas	15.552	19.500
Rendimento de títulos e valores mobiliários	-	-1.073
Receita diferida	431	-387
Ajuste a valor presente - arrendamentos	224	
Valor residual de ativo imobilizado baixado	3.348	248
	77.256	58.743
Variação dos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários vinculados	-657	-5.484
Contas a receber de clientes	-4.909	-3.177
Tributos a recuperar	951	932
Outras contas a receber	1.423	560
Fornecedores e contas a pagar	2.071	9.571
Outras contas a pagar	-	-9.821
Obrigações sociais e trabalhistas	-854	182
Tributos a pagar	157	-489
Adiantamento de clientes	-4.098	3.727
Caixa gerado pelas operações	68.527	58.734
Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.895	-3.913
Juros pagos	-15.078	-17.645
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	44.554	35.176
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de intangível	-183	-1.513
Adições de imobilizado	-5.706	-7.063
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-5.889	-8.576
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos	-40.451	-18.315
Ingresso de financiamentos	-	2.091
Pagamento de arrendamento	-856	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-41.307	-16.224
Redução (aumento) de caixa/equivalentes de caixa, líquido	-2.634	10.376
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.484	108
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.850	10.484

As demais demonstrações financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes encontram-se disponíveis, na sede da Companhia.

Diretor Financeiro: Sérgio Luiz Pereira de Macedo
Contadora: Cássia Casamassa Fonseca - CRC: 1SP 255.695

Berkeley Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.011.184/0001-00 - NIRE nº 35.300.464.117

Edital de Segunda Convocação

Ficam convocados os acionistas e administradores da Companhia para comparecerem em AGE, a ser realizada na sede social da Companhia, Alameda Santos, nº 1.733, 8º andar, Cerqueira Cesar, SP/SP, em 30/09/2020 às 12:30 hs, para deliberarem sobre: i - ratificação do Acordo Particular de Dação em Pagamento, firmado em 19/03/2020; ii - aprovação de assinatura de contratos de mútuo para viabilizar o cumprimento do contrato mencionado no item anterior; iii - alteração de endereço da sede da Companhia; iv - aprovação de reembolsos em razão de despesas suportadas pelo Sr. Pedro P. C. da Fonseca na qualidade de representante legal da acionista M. R. Brasil Investimento Ltda.; v - autorização para adoção de medidas administrativas e/ ou judiciais para reaver valores indevidamente pagos e descontados em desfavor da Companhia; vi - ratificação das deliberações tidas nas Reunião de Diretoria realizadas nos dias 18/12/2019 e 04/08/2020. SP, 18/09/2020. **Berkeley Holding e Participações S/A.**

PUBLICIDADE LEGAL

Pacific Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.300.461/0001-97 NIRE nº 35.300.465.628

Edital de Segunda Convocação

Ficam convocados os acionistas e administradores da Companhia para comparecerem em AGE, a ser realizada na sede social da Companhia, Alameda Santos, nº 1.733, 8º andar, Cerqueira Cesar, SP/SP, em 30/09/2020 às 13 hs, para deliberarem sobre: i - ratificação do Acordo Particular de Dação em Pagamento, firmado em 19/03/2020; ii - aprovação de assinatura de contratos de mútuo para viabilizar o cumprimento do contrato mencionado no item anterior; iii - alteração de endereço da sede da Companhia; iv - aprovação de reembolsos em razão de despesas suportadas pelo Sr. Pedro P. C. da Fonseca na qualidade de representante legal da acionista M. R. Brasil Investimento Ltda.; v - autorização para adoção de medidas administrativas e/ ou judiciais para reaver valores indevidamente pagos e descontados em desfavor da Companhia; vi - ratificação das deliberações tidas nas Reunião de Diretoria realizadas nos dias 18/12/2019 e 04/08/2020. SP, 18/09/2020. **Pacific Holding e Participações S.A.**

Columbia Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.300.472/0001-77 - NIRE nº 35.300.465.610

Edital de Segunda Convocação

Ficam convocados os acionistas e administradores da Companhia para comparecerem em AGE, a ser realizada na sede social da Companhia, Alameda Santos, nº 1.733, 8º andar, Cerqueira Cesar, SP/SP, em 30/09/2020 às 12:45 hs, para deliberarem sobre: i - ratificação do Acordo Particular de Dação em Pagamento, firmado em 19/03/2020; ii - aprovação de assinatura de contratos de mútuo para viabilizar o cumprimento do contrato mencionado no item anterior; iii - alteração de endereço da sede da Companhia; iv - aprovação de reembolsos em razão de despesas suportadas pelo Sr. Pedro P. C. da Fonseca na qualidade de representante legal da acionista M. R. Brasil Investimento Ltda.; v - autorização para adoção de medidas administrativas e/ ou judiciais para reaver valores indevidamente pagos e descontados em desfavor da Companhia; vi - ratificação das deliberações tidas nas Reunião de Diretoria realizadas nos dias 18/12/2019 e 04/08/2020. SP, 18/09/2020 **Columbia Holding e Participações S.A.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

Pregão Eletrônico: Nº 060/2020; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE NUTRIÇÕES E DIETAS ENTERAIS EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES CARENTES E ACAMADOS DO MUNICIPIO.; **Edital Na Íntegra:** (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos 2020); www.bbmnetlicitacoes.com.br; na Rua. Joaquim Mourão, 289, Centro – Leme, Das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A PARTIR DAS 08:00HORAS DO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2020 ATÉ AS 08:00 DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2020; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** AS 08:01 DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2020; **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** AS 09:30 HORAS DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2020; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br "ACESSO IDENTIFICADO".

Leme, 18 de setembro de 2020.

LISETE CRISTINA GANEO KINOCK

SECRETÁRIA DE SAÚDE

Órgão Gerenciador

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DO EDITAL

TOMADA DE PREÇOS: Nº 011/2020; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA A REFORMA DO PARQUE ECOLÓGICO MOURÃO, NESTE MUNICIPIO DE LEME/SP; DATA DE ENCERRAMENTO: 07 de Outubro de 2020, às 14:00 horas; LOCAL: Departamento de Licitações – Rua Joaquim Mourão, 289, Centro – Leme/SP; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 21 de Setembro de 2020; EDITAL: Site www.leme.sp.gov.br, Licitações.

Leme, 18 de Setembro de 2020

FERNANDO WAGNER KLEIN

SECRETÁRIO DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO

Zabo GT Pompéia Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF: 08.886.986/0001-49 - NIRE 35300454611 - **Ata de Assembleia Geral Ordinária**

Data e Local: 31.08.2020, às 15:00hs., na sede, São Paulo, SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, Gilberto Zaborowsky, Secretário, Milton Goldfarb. **Deliberações Unânimes: Ordinariamente: 1. Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras** encerradas em 31/12/2019, bem assim as contas dos administradores. **2. Não instalação do Conselho Fiscal** para o presente exercício. Nada mais. Íntegra registrada na JUCESP sob nº 365.378/20-3 em 14/09/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Zabo Engenharia S.A.

CNPJ/MF: 07.258.166/0001-40 - NIRE: 35.300.321.260 em 23.02.2006. **Ata da Assembleia Geral Ordinária**

Data e Local: 31.08.2020, às 9:30hs., na sede, São Paulo, SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, Gilberto Zaborowsky, Secretário, David Zaborowsky. **Deliberações Unânimes: Ordinariamente: 1. Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras** encerradas em 31/12/2019, bem assim as contas dos administradores. **2. Destinação dos lucros do exercício** de 2019, no valor de R$ 17.361.045,25, dos quais 1. R$ 867.552,26 destinados à conta de Reserva Legal; 2. R$ 4.120.873,24 distribuídos como dividendos e 3. R$ 12.362.619,73 destinados à conta de Lucros Acumulados. **3. Não instalação do Conselho Fiscal** para o presente exercício. Nada mais. Íntegra registrada na JUCESP sob nº 363.093/20-4 em 11/09/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Gilza Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF: 04.801.963/0001-16 - NIRE/JUCESP: 35.300.186.527 em 26.11.2001 - **Ata da Assembleia Geral Ordinária**

Data e Local: 31.08.2020, às 14:00hs., na sede social, São Paulo, SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, Gilberto Zaborowsky, Secretário, David Zaborowsky. **Deliberações Unânimes: Ordinariamente: 1. Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras** encerradas em 31/12/2019, bem assim as contas dos administradores. **2. Destinação dos lucros do exercício** de 2019, no valor de R$ 12.785.635,02 dos quais 1. R$ 639.281,66 destinados à conta de Reserva Legal; 2. R$ 12.146.351,37 saldo remanescente do lucro do exercício que após a dedução do valor da reserva legal, foi destinado a dividendos a pagar. **3. Não instalação do Conselho Fiscal** para o presente exercício. Nada mais. Íntegra registrada na JUCESP sob nº 365.310/20-0 em 14/09/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Bolsonaro atuou para levar aliado a Russomanno

O presidente Jair Bolsonaro atuou diretamente para atrair mais um partido para a chapa do deputado federal Celso Russomanno (Republicanos), candidato à Prefeitura de São Paulo, que pode servir como oposição ao governador João Doria (PSDB), um dos seus possíveis adversários em 2022. Dirigentes do PTB disseram ter recebido telefonemas de Bolsonaro anteontem para que o partido participasse da chapa com a indicação do vice, Marco da Costa.

O martelo foi batido 30 minutos antes da convenção, terça-feira à tarde, segundo o presidente do PTB em São Paulo, o deputado estadual Campos Machado.

Ele disse que, na ligação telefônica que recebeu, Bolsonaro reconheceu sua atuação em oposição a Doria em São Paulo e argumentou que seria "muito importante" ter um candidato forte para enfrentar o PSDB na capital. Bolsonaro teria ligado também para o presidente nacional da sigla, Roberto Jefferson. Procurado, o Palácio do Planalto não comentou o assunto.

O presidente da República intensificou sua articulação em São Paulo depois que MDB e DEM anunciaram apoio a Covas, na semana passada, com um discurso que prega uma aliança nacional entre as siglas para os próximos anos e que pode se refletir até nas eleições para a presidência da Câmara e do Senado, em fevereiro do ano que vem. Questionado sobre o apoio de Bolsonaro e a oposição a Doria, Machado respondeu: "O inimigo do meu inimigo é meu amigo", afirmou.

Apesar da aproximação, o deputado estadual não compareceu à convenção que lançou Russomanno como candidato, levando à especulação de que a aliança havia sido fechada a sua revelia. A negociação teve a participação do presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira, que estaria com Bolsonaro na hora dos telefonemas.

Reação - A entrada de Russomanno na disputa pela Prefeitura com a retaguarda de Bolsonaro mudou o cenário traçado originalmente pelos candidatos. A entrada de uma chapa abertamente bolsonarista frustrou a estratégia do PSDB, do prefeito Bruno Covas, de evitar a polarização e manter o presidente da República fora do debate. Na capital paulista, o PTB fazia parte do governo e ocupava, até anteontem, cargos na Subprefeitura de Guaianases e na Secretaria de Turismo.

Candidatos que, de alguma forma, têm alguma ligação com Bolsonaro e esperavam contar o voto bolsonaristas criticaram o apoio do presidente. Arthur do Val (Patriota) disse acreditar que grupos e redes sociais que têm seguidores do presidente não vão aderir de imediato a Russomanno. "São políticos fisiológicos, muitas vezes alinhados com a esquerda, que querem vestir uma roupagem ideológica em véspera de eleição para enganar parte do eleitorado. Espero que as pessoas enxerguem essas manobras", disse.

Filipe Sabará (Novo) afirmou que vê "risco" para a imagem do presidente. "Russomanno provou ser um cavalo paraguaio, com alta popularidade, mas com muita rejeição e que costuma cair em pontuação durante as campanhas", afirmou.

Ex-aliada de Bolsonaro, Joice Hasselmann (PSL) disse não acreditar que o presidente irá entrar na campanha. "Estamos falando do pior Centrão, que é o fisiológico e papa-cargos. Esse Centrão chantageou o presidente", afirmou Joice. Ela chegou a ser sondada para a vice de Russomanno, mas não aceitou e manteve-se na disputa.

HC investiga 16 pacientes suspeitos de reinfecção por covid-19

(Foto: EBC)

O Hospital das Clínicas de São Paulo está investigando 16 casos de pacientes suspeitos de terem se reinfectado com o novo coronavírus (covid-19). Segundo a instituição, vinculada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), as análises dos casos ocorrem em um ambulatório que foi separado exclusivamente para acompanhar possíveis casos de reinfecção da covid-19. De acordo com o HC, os sintomas e testes positivos em dois períodos diferentes apresentados pelos pacientes podem ser explicados por três hipóteses. Por uma segunda infecção, mas causada por um vírus diferente, como o da gripe, que causa sintomas parecidos com a covid-19. No entanto, fragmentos inativos do coronavírus remanescentes da primeira infecção podem ter feito o segundo teste ter também dado positivo. Pode ter havido uma longa permanência do novo coronavírus no corpo do paciente, com período de inatividade inicialmente, mas que fez o primeiro teste ter dado positivo, e posterior reativação, quando a doença ocorreu de fato. Ou mesmo por uma possível reinfecção de covid-19. "Para verificar essas e outras hipóteses, os pacientes estão sendo acompanhados com a realização eventual de exames adicionais a fim de melhor entender as hipóteses", explicou o hospital, em nota.

Ministro do STJ põe em liberdade empresário acusado no caso de propinas em Mogi

O ministro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deferiu liminar colocando em liberdade o empresário da construção civil Joel Leonel Zeferino, alvo de operação do Ministério Público de São Paulo no último dia 4. A medida tem validade até que a corte julgue o mérito do habeas corpus impetrado por Zeferino, que foi denunciado pela Promotoria paulista por tráfico de influência, corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa no âmbito de esquemas envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde, o Serviço Municipal de Águas e Esgotos (Semae) e a Câmara Municipal de Mogi das Cruzes (SP).

Zeferino foi detido e denunciado no âmbito da Legis Easy, ofensiva que prendeu um grupo de vereadores do município da região metropolitana de São Paulo. As investigações que culminaram na operação tiveram início justamente com Zeferino - depois que o empresário tentou comprar nove carros para o vereador Mauro Araújo, apontado como o "principal articulador" do esquema de desvio de recursos através do direcionamento de licitações e contratações em troca de propinas.

No entanto, o empresário caiu em golpe e precisou registrar boletim de ocorrência, sendo que o documento acendeu o alerta dos investigadores sobre a relação entre a dupla.

Na decisão proferida na última quarta-feira, 16, Ribeiro Dantas atendeu à defesa de Zeferino que pedia a revogação da preventiva do empresário, ou subsidiariamente, que ele fosse colocado em prisão domiciliar por pertencer ao grupo de risco do novo coronavírus.

No habeas corpus impetrado no STJ, os advogados do empresário alvo da Legis Easy argumentaram que havia "manifesta arbitrariedade" na prisão de Zeferino. A defesa apontou "fragilidade" dos indícios de autoria e materialidade delitiva, alegando que os fatos investigados teriam se dado até dezembro de 2019, "inexistindo a necessária contemporaneidade entre as supostas condutas e o decreto prisional".

Ao analisar o caso, Dantas enxergou "flagrante ilegalidade" no decreto de prisão preventiva do empresário, argumentando que tal medida cautelar é de caráter excepcional. Segundo o magistrado, a decisão que determinou a preventiva de Zeferino "não consignou elementos concretos que indiquem que a soltura do réu poderia colocar em risco a ordem pública, sobretudo se considerado o fato dele não desempenhar papel de liderança no esquema criminoso".

O ministro ainda citou a nova resolução do Conselho Nacional de Justiça, editada pelo novo presidente do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, que afastou a possibilidade de concessão de prisão domiciliar aos presos pela prática do crime de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção.

No entanto, Ribeiro Dantas contrariou a orientação, indicando que é necessário reconhecer a necessidade de reavaliação das prisões preventivas enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus.

Nessa linha, entendeu que apesar da gravidade dos fatos apurados, seria "proporcional e suficiente" que Zeferino cumprisse medidas cautelares menos gravosas que a prisão, para "restabelecer ou garantir a ordem pública, assegurar a higidez da instrução criminal e a aplicação da lei penal".

A reportagem busca contato com a defesa do empresário. O espaço está aberto para manifestações.

Após contaminações, STF avalia novos protocolos contra covid-19

Após o ministro Luiz Fux e cinco autoridades convidadas para sua posse na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) testarem positivo para covid-19, a Corte informou quinta-feira (17) que estuda "novos procedimentos" para aumentar a segurança de servidores e visitantes. Fux tomou posse como presidente do Supremo na última quinta-feira (10), em solenidade no plenário do tribunal, que contou com a presença de cerca de 50 convidados, além dos servidores e terceirizados que trabalharam na realização da cerimônia.

Na segunda-feira (14), Fux confirmou ter contraído a doença. Até esta quinta-feira (17), quatro autoridades que compareceram ao evento também informaram diagnósticos positivos. Além de Fux, contraíram a doença: o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ); a presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi; e os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luís Felipe Salomão e Antonio Saldanha Palheiro.

Na quinta-feira, o Supremo divulgou nota na qual diz que a presidência da Corte presta "solidariedade e votos de ampla recuperação aos que eventualmente contraíram a covid-19". Pouco depois da divulgação do texto, o procurador-geral da República, Augusto Aras, que também esteve presente à posse de Fux, informou ter contraído a doença. O texto destaca que o tribunal adotou para a solenidade todos os protocolos preconizados pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). "De qualquer forma, ainda que esteja segura quanto às medidas de precaução adotadas dentro de suas instalações, a Corte Suprema brasileira estuda novos procedimentos para tornar ainda mais segura a presença de servidores e visitantes do STF", diz a nota. O STF acrescenta que está fazendo contato, por meio de seu cerimonial, com todos os convidados para a cerimônia de posse para alertar sobre a importância de buscar um serviço médico, seja pela exposição durante a solenidade ou em outros eventos fora do tribunal.

Desde o início da pandemia, 157 servidores do Supremo testaram positivo para covid-19. Na nota desta quinta, a Corte afirma que seu serviço médico está à disposição dos funcionários para orientá-los acerca de eventuais testes e dos procedimentos a serem adotados em caso de diagnóstico positivo. Diz ainda o texto que, desde o início da pandemia, o Supremo demonstra "elevado senso de responsabilidade", tendo implementado o trabalho remoto e adotado ferramentas tecnológicas que permitam a continuidade dos serviços jurídicos prestados.

MP-SP denuncia seis vereadores de Mogi das Cruzes por organização criminosa

O Ministério Público de São Paulo denunciou seis dos 23 vereadores de Mogi das Cruzes, cidade da região metropolitana da capital, pelos crimes de corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Empresários, servidores e familiares ligados aos parlamentares também foram denunciados. No documento de 63 páginas, o promotor Kleber Henrique Basso detalha as suspeitas sobre a suposta dinâmica de desvio de recursos através do direcionamento de licitações e contratações em troca de propinas. O caso veio à tona quando cinco parlamentares foram presos preventivamente na Operação Legis Easy, no início do mês.

Os vereadores denunciados pelo Ministério Público são: Antônio Lino da Silva (PSD); Carlos Evaristo da Silva (PSB), o Pastor Carlos Evaristo; Diego de Amorim Martins (MDB), conhecido como Diegão; Jean Carlos Soares Lopes (PL); Mauro Araújo (MDB); e Francisco Moacir Bezerra de Melo Filho (PSB), conhecido com Chico Bezerra. O vereador Mauro Araújo é apontado como o "principal articulador" do esquema e seria responsável, segundo a Promotoria, pela relação com empresários interessados em contratos com a administração pública, controle das finanças da organização criminosa e distribuição das propinas aos demais parlamentares denunciados.

A investigação teve início em 2019 depois que o empresário Joel Leonel Zeferino, que atua no ramo da construção civil e também foi denunciado, tentou comprar nove carros para Araújo, mas caiu em golpe e precisou registrar Boletim de Ocorrência (BO). O documento acendeu o alerta sobre a relação entre a dupla. Até o momento, a Promotoria apontou indícios de irregularidades em três esquemas envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde, o Serviço Municipal de Águas e Esgotos (Semae) e a aprovação de uma lei para beneficiar o empresário. Mensagens obtidas pelos investigadores apontam que o próprio Zeferino rascunhou o projeto. As conversas de WhatsApp trocadas entre o grupo aparecem em diversos trechos da denúncia. Os celulares foram apreendidos na Operação Legis Easy. As mensagens tratam, além da instrução do projeto de lei, de pagamentos, aviso de contratos a serem abertos pela prefeitura e até de pedido de vaga em creche. Com a quebra de sigilo bancário, o Ministério Público também verificou transações bancárias suspeitas em contas jurídicas supostamente controladas pelos parlamentares.

Defesas - O advogado Leonardo Pinheiro, que defende o vereador Jean Lopes, divulgou a seguinte nota: "o vereador Jean Lopes não tem qualquer ligação com os fatos narrados na denúncia do ministério público. Não existe um único elemento que o ligue a qualquer prática criminosa. A denúncia faz uma incorreta interpretação de dados bancários, pra criar suposições absolutamente infundadas e descoladas de qualquer prova constante dos autos. O vereador Jean jamais respondeu por qualquer crime em toda a sua vida, e é absolutamente inocente das acusações absurdas que lhe dirigem, sendo a sua prisão preventiva absolutamente infundada e injusta. Todas as medidas estão sendo tomadas para reestabelecer (SIC) a sua liberdade e elucidar o mais breve possível a verdade dos fatos."

CONTEXTO JURÍDICO

TRF-2 vê autopromoção de Bretas em ato com Bolsonaro e censura juiz

Por 11 votos a 1, o Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) decidiu aplicar pena de censura ao juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, por participação em eventos ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos).

O colegiado considerou que o juiz atuou com superexposição e promoveu autopromoção. Bretas, contudo, foi absolvido da acusação de atuar com intuito político-partidário.

Relator do processo, o desembargador federal Ivan Athié considerou que a participação de Marcelo Bretas na inauguração de uma obra em fevereiro e, posteriormente, em um culto evangélico junto com Bolsonaro, pode "colocar em xeque" a imparcialidade do juiz. "Não é desabonador estar na companhia do presidente da República, mas gera superexposição e demonstra prestígio" pontuou. "Não é conveniente ao magistrado."

A desembargadora Simone Schereiber foi mais dura. "Pelo fato de ser juiz da Lava Jato, ele precisa se resguardar (ainda mais). Ele não pode permitir que políticos capitalizem para si o sucesso da operação Lava Jato", disse. "Ele (Bretas) não pode ser ingênuo a esse ponto."

O processo foi aberto em fevereiro deste ano a partir de reclamação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que questionou a ida de Bretas à inauguração da alça de ligação da ponte Rio-Niterói com a Linha Vermelha e a participação em ato gospel na Praia de Botafogo. O juiz havia sido convidado pelo cerimonial da Presidência da República e alegou se tratar de eventos de caráter institucional e religioso.

(Foto: EBC)

O colegiado considerou que Bretas atuou com superexposição e promoveu autopromoção.

Ainda em fevereiro, Bretas negou que tivesse violado as leis da magistratura. Segundo ele, os eventos realizados ao lado de Bolsonaro e Crivella se trataram de "solenidades de caráter técnico/institucional (obra) e religioso (culto)".

"Vale notar que a participação de autoridades do Poder Judiciário em eventos de igual natureza dos demais Poderes da República é muito comum, e expressa a harmonia entre esses Poderes de Estado, sem prejuízo da independência recíproca", complementou Bretas.

A defesa do juiz declarou que a participação dele não teve qualquer motivação política e que Bretas participou da inauguração por uma exigência do estafe presidencial. Além disso, postagens do juiz com saudações a Bolsonaro e ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, ocorridas naquele dia, não teriam tido caráter de autopromoção.

"Autopromoção seria se ele usasse sua posição para se promover. Ao dar boas-vindas ao presidente da República ou ao demonstrar respeito ao general Heleno, ele não está se expondo", afirmou o advogado Mauro Gomes de Mattos.

"Ele entrou na comitiva presidencial no aeroporto Santos Dumont para ir ao culto. Como tinha uma inauguração antes, ele participa, mas não faz discurso. Ele sai do evento e vai para o culto evangélico", argumentou Mattos.

PSDB questiona cassação de prefeitos pela Justiça Eleitoral durante a pandemia

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a recondução imediata de prefeitos afastados de seus cargos durante o período de pandemia. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 729, a legenda pede a suspensão de ato do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que manteve a cassação do prefeito de Lins (SP), Edgar de Souza, pela prática, em tese, de crimes eleitorais, e requer que seja aplicada a esse e a outros casos semelhantes orientação da própria Corte Eleitoral sobre o não afastamento de prefeitos durante a pandemia, com o argumento de regularidade e eficácia de políticas públicas. A ministra Cármen Lúcia é a relatora da ação.

Acusação de crimes eleitorais - Edgar de Souza se reelegeu para a Prefeitura de Lins nas eleições de 2016. Na mesma época, foi acusado de praticar condutas irregulares, como caixa 2, doação de bens imóveis aos eleitores em ano eleitoral e veiculação de propaganda institucional no site da Prefeitura. A Justiça Eleitoral de primeira instância reconheceu a existência de conduta vedada em relação à propaganda, o que resultou na aplicação de multa no valor de R$50 mil.

Abuso de poder político e de autoridade - Ao analisar recurso da defesa, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou a cassação do registro da chapa vencedora do certame. A Corte concluiu que houve abuso de poder político e de autoridade, por meio da veiculação de propaganda institucional no site da Prefeitura, com fotos e nome do candidato à reeleição, fora da época eleitoral.

PGR e OAB destacam trajetória jurídica dos novos dirigentes do STF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, discursaram quinta-feira (10) na posse do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, e da vice-presidente, ministra Rosa Weber. Os discursos ressaltaram a trajetória jurídica dos novos dirigentes.

PGR - Em nome de todo o Ministério Público, Augusto Aras destacou a carreira jurídica do ministro Luiz Fux, com destaque para sua atuação na presidência da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do novo Código de Processo Civil, que buscou dotar o país de meios mais céleres de prestação da Justiça.

O PGR lembrou a passagem do ministro Fux pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em cuja presidência priorizou a efetividade da Lei da Ficha Limpa e a defesa da liberdade de expressão. Segundo Aras, essa bagagem permitirá ao ministro Fux conduzir o STF e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com grande conhecimento e experiência.

Augusto Aras também fez referência à alegria de viver do ministro Fux, praticante de esportes (especialmente o jiu-jitsu), apaixonado pelo Rio de Janeiro e pelo Fluminense, e apreciador de literatura e de boa música, tendo até uma canção em parceria com o compositor Michael Sullivan.

CNJ e Enap buscam projetos de inovação para monitoramento de processos judiciais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) lançaram na terça-feira (15/9) o edital do ciclo CNJ Inova, voltada a projetos que unam ciência de dados e inteligência artificial para a melhoraria na tramitação de processos judiciais no país. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 6 de outubro. A ideia é que os participantes apresentem soluções inovadoras que reduzam o número de processos judiciais, ampliem a transparência, desenvolvam mecanismos de controle e mensuração da produtividade e melhorem as estatísticas das ações em tramitação no país. Podem participar do CNJ Inova pessoas com conhecimento nas áreas de ciência de dados, programação e desenvolvimento, direito, negócios, economia, administração pública, marketing, design e engenharia. A diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Gabriela Azevedo, explica que essas soluções vão auxiliar no monitoramento da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), que atualmente, o Judiciário possui 77 milhões de processos em tramitação, número que vem caindo nos dois últimos anos, mas ainda com muitos desafios a serem superados "Além disso, são mais de 5 bilhões de movimentações processuais e mais de 200 milhões de processos registrados no banco de dados. É um desafio grande extrair informação e identificar pontos de melhoria do Judiciário a partir dessa base."

(Foto: CNJ)

A ideia é que os participantes apresentem soluções inovadoras que reduzam o número de processos judiciais.

Para Sexta Turma, prisão em flagrante pode, excepcionalmente, ser convertida em preventiva sem pedido do MP ou da polícia

Para a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em situações excepcionais, é possível a conversão da prisão em flagrante em medida cautelar pessoal, inclusive a prisão preventiva, mesmo sem pedido expresso do Ministério Público ou da autoridade policial. O colegiado, por maioria, negou habeas corpus a um indivíduo acusado de homicídio tentado, cuja prisão em flagrante fora convertida em preventiva pelo juiz plantonista, com fundamento na necessidade de assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública.

A defesa sustentou a ilegalidade do decreto de prisão preventiva, por não ter havido requerimento do MP nem representação policial – o que seria contrário ao Artigo 311 do Código de Processo Penal (CPP), com a nova redação dada pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime). Segundo consta do processo, a audiência de custódia deixou de ser realizada com base em orientações oficiais para a prevenção do novo coronavírus. O ministro Rogerio Schietti Cruz - autor do voto que prevaleceu no julgamento – afirmou que, com a edição da Lei 13.964/2019, não mais se permite que o juiz, mesmo no curso da ação penal, adote a prisão preventiva sem provocação do MP. Para o ministro, a imparcialidade do juiz que conduz a causa – ou, mais ainda, daquele que supervisiona a investigação preliminar - poderia ser colocada em risco caso lhe fosse autorizado decretar a prisão ou outra medida cautelar sem pedido do órgão com atribuição legal para tanto.

CNMP: associação de procuradores pede fixação de prazo para que Senado delibere sobre indicações

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 739) para que o Senado Federal delibere, em dois meses, sobre os nomes indicados para preencher três vagas no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Em pedido de liminar, a associação requer que, enquanto sua composição não estiver completa, o conselho suspenda os julgamentos de processos disciplinares e pare de deliberar sobre promoções e remoções e sobre proposições de resoluções, recomendações, enunciados e súmulas. A ação foi distribuída à ministra Cármen Lúcia.

De acordo com a Constituição Federal, o CNMP é composto de 14 membros, oriundos do Ministério Público da União e dos estados, da magistratura, da advocacia e da sociedade civil, que devem ser aprovados por maioria absoluta do Senado. A associação afirma que os nomes, indicados pelo STF, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pelo Ministério Público dos estados, foram aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça em março de 2020 e aguardam apenas a deliberação do Plenário.

A ANPR argumenta que, com os três cargos vagos, o conselho está funcionando de forma irregular, pois não conta com a maioria absoluta de membros do Ministério Público nem atende ao caráter plural da composição, em razão da ausência de um dos conselheiros indicados pela magistratura. De acordo com a associação, a não deliberação pelo Senado representa ato de omissão que fere o postulado constitucional de pesos e contrapesos da separação de Poderes (artigo 2º).

Adicional de 20% a desembargadores federais aposentados é inconstitucional

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é inconstitucional o pagamento, aos desembargadores federais aposentados, do adicional de 20%, previsto no Antigo Estatuto dos Funcionários Civis Públicos da União (Lei 1.711/1952), aos magistrados federais aposentados, após a adoção do subsídio como forma remuneratória. A decisão se deu na sessão virtual finalizada no último dia 14, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 597396, com repercussão geral reconhecida.

Os ministros decidiram ainda que a supressão do adicional não pode representar redução na remuneração, em razão do princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos. Assim, a parcela deve ser absorvida por reajustes salariais futuros.

Na origem, juízes federais aposentados no segundo grau de jurisdição ajuizaram mandado de segurança contra decisão do presidente do Tribunal Federal Regional da 5ª Região (TRF-5), que suprimiu o recebimento do adicional, previsto no artigo 184, inciso II, da Lei 1.711/1952. O Plenário do TRF-5 restabeleceu o pagamento das verbas somadas aos subsídios, levando a União a interpor o RE.

Regime jurídico - A maioria dos ministros seguiu o voto do ministro Alexandre de Moraes. Ele destacou que a Emenda Constitucional (EC) 19/1998 (Reforma Administrativa) estabeleceu que a remuneração dos membros de Poder, entre outras carreiras, se daria por meio de subsídio pago em parcela única e vedou o recebimento de qualquer gratificação, adicional ou outra espécie remuneratória. De acordo com o ministro, o STF tem entendimento consolidado de que não há direito adquirido em relação a regime jurídico. Portanto, depois das emendas constitucionais citadas, o servidor não tem direito à manutenção do regime remuneratório anterior.

Corte Especial recebe denúncia contra desembargador acusado de vender decisão por R$ 50 mil

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu quarta-feira (16), por maioria, a denúncia contra um desembargador estadual acusado de receber R$ 50 mil para conceder habeas corpus a um preso durante o plantão judiciário. Por unanimidade, o colegiado manteve o afastamento do magistrado de suas funções até o encerramento da instrução criminal. Além disso, ele está proibido de acessar as dependências do tribunal e de manter contato com qualquer um de seus servidores e com os demais denunciados na ação penal.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), um ex-assessor do magistrado intermediou a negociação e o pagamento pela decisão favorável ao preso. Ainda segundo o MPF, o habeas corpus foi concedido de forma atípica, destoando da jurisprudência do tribunal estadual.

A denúncia está lastreada em gravação de conversas ambientais que mencionam a negociação, de forma fortuita, além da quebra de sigilo de dados telefônicos que demonstram intensidade da comunicação entre os denunciados; informações financeiras e mensagens de texto.

Gravações lícitas - Segundo o ministro Luis Felipe Salomão, relator da ação penal, ao contrário do que sustentou a defesa do magistrado, a denúncia não se apoiou apenas na colaboração premiada de um delator.

GERAL

À PF, Carlos nega ter produzido conteúdo ofensivo ao Supremo

O vereador do Rio Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) afirmou em depoimento à Polícia Federal não ter produzido ou divulgado qualquer tipo de conteúdo que incitasse ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Congresso ou aos seus integrantes, e negou utilizar "robôs" para promover postagens. Carlos foi ouvido como testemunha no dia 10, no Rio de Janeiro, no inquérito que apura a organização e o financiamento de atos antidemocráticos.

À PF, Carlos disse que nunca utilizou verba pública para manter perfis em redes sociais e que não é "covarde ou canalha" para contratar "robôs" para difundir conteúdo e omitir essa informação. No depoimento, Carlos contou que, entre 2010 a 2012, criou redes sociais diversas em nome de Jair Bolsonaro na tentativa de difundir as informações sobre o trabalho desenvolvido pelo seu pai.

O filho do presidente disse também que não participa da política de comunicação do governo, afirmou que apenas ajuda a divulgar em suas redes e na do pai os conteúdos de comunicação institucional da administração federal.

Ele disse que, como vereador, contratou José Matheus Salles Gomes para ajudá-lo nesse trabalho. Gomes hoje é lotado no Palácio do Planalto, no cargo de assessor especial, e faz parte do chamado "gabinete do ódio" - núcleo apontado como responsável por ataques a adversários nas redes sociais cuja existência foi revelada pelo Estadão em novembro do ano passado.

Comissão da assembleia aprova parecer e encaminha impeachment de Witzel

A comissão especial da Assembleia Legislativa do Rio que analisou o impeachment de Wilson Witzel (PSC) aprovou na tarde de quinta-feira, 17, o parecer favorável ao afastamento. O mandatário já está afastado por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e enfrenta agora o processo político. O documento do relator Rodrigo Bacellar (SD) vai a plenário na semana que vem, provavelmente na quarta-feira, quando a Casa deve impor a Witzel nova derrota.

No parecer aprovado quinta, Bacellar fala em "descaso com a vida e oportunismo com a desgraça", já que Witzel é acusado, entre outros desvios, de aproveitar a pandemia para praticar atos de corrupção. Nas 77 páginas, o relator destaca principalmente os momentos em que o governador afastado teria atuado para firmar contratos com as organizações sociais Unir Saúde e Iabas, acusadas de terem como sócio o empresário Mário Peixoto, pivô dos recentes escândalos de corrupção na Saúde.

No caso da Unir, Witzel assinou, em março, a requalificação da empresa. Em outubro de 2019, após pareceres, as secretarias de Casa Civil e de Saúde a haviam desqualificado, dados os indícios de irregularidades.

O mandatário já foi alvo de duas denúncias do Ministério Público Federal. Na primeira, por corrupção e lavagem de dinheiro. Na segunda, por supostamente liderar a organização criminosa. Witzel nega as acusações, que considera "levianas". Ele diz que vai provar sua inocência, mas alega que está tendo o direito de defesa cerceado.

A sessão foi semipresencial: 18 deputados estiveram no plenário e seis participaram por vídeo. O presidente da comissão, Chico Machado (PSD), está com covid-19 e presidiu a votação de casa. Também com covid, mas internado, João Peixoto (DC) não participou.

Até o correligionário de Witzel na comissão, Léo Vieira, votou com o relator. Ele chamou o parecer de "brilhante". Autor do pedido de impeachment, o tucano Luiz Paulo, decano da Alerj, também parabenizou Bacellar e lembrou ainda papel do presidente da Casa, André Ceciliano (PT), na condução dos trabalhos.

"É chegada a hora da gente dar um basta a essa plutocracia corrupta que está instalada no Rio de Janeiro, essa aliança espúria entre setores empresariais e setores políticos", disse.

PRÓXIMOS PASSOS DO IMPEACHMENT DE WITZEL

- O resultado da votação foi publicado no Diário Oficial de ontem, 18
- A partir da próxima segunda-feira, 21, começa a contar o prazo de 48 horas para o parecer ser inserido na pauta da Alerj
- O documento deve ser votado na quarta-feira, 23, mas a votação pode levar mais de um dia
- O texto elaborado na votação é publicado no Diário Oficial
- Se o resultado for favorável ao afastamento do governador, o Tribunal de Justiça é convocado para formar um tribunal misto com cinco desembargadores e cinco deputados
- Com o tribunal formado para analisar a cassação do mandato de Witzel, o governador fica afastado por até 180 dias (atualmente, ele já está fora do cargo por decisão do Superior Tribunal de Justiça).

Sérgio Moro recebe carteira da OAB e abre escritório em Curitiba

Quase cinco meses depois de romper com o presidente Jair Bolsonaro e renunciar ao cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública, o ex-juiz federal Sérgio Moro obteve na última terça-feira, dia 15, o registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e recebeu o número de sua carteira profissional vinculada à Seccional do Paraná da entidade.

O ex-titular da Lava Jato que colecionou desafetos entre criminalistas vai atender sua futura clientela em um endereço de Curitiba, base e origem da maior operação já desencadeada no País contra a corrupção. O cadastro nacional dos advogados registra um endereço no bairro de Bacacheri como o futuro endereço profissional de Moro. Antes de começar a advogar, no entanto, Moro deverá acabar de cumprir a quarentena de seis meses determinada pela Comissão de Ética da Presidência. Levando em consideração a data em que anunciou sua renúncia e acusou o presidente Jair Bolsonaro de suposta tentativa de interferência na Polícia Federal, 24 de abril, a quarentena do ex-juiz terminará no fim de outubro.

Fumaça do Pantanal se desloca para o Sul do país

A fumaça proveniente dos focos de incêndio observados com intensidade desde o começo do mês na região do Pantanal, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, está se deslocando para o Sul do país. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as imagens de satélite e os modelos de direção dos ventos mostram o movimento da poluição em direção a todos os estados da região Sul do Brasil.

De acordo com a meteorologista Marlene Leal, do Inmet, a frente fria que está na região Sul vai se deslocar para o Sudeste, criando condições de chuva que podem limpar a atmosfera.

O Inmet emitiu alerta hoje para a baixa umidade do ar em boa parte do país. A situação é de perigo em todo o Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Tocantins, com bandeira laranja, além de boa parte de Minas Gerais. Há perigo potencial, na bandeira amarela, para a região do semi-árido, agreste e sertão do Nordeste, além da parte norte de Mato Grosso do Sul e no Rio de Janeiro. Por outro lado, há perigo de tempestade em Santa Catarina e na Baixada Santista.

(Foto: EBC)

São Paulo - Em São Paulo, a chegada de uma frente fria esta semana também deve trazer fumaça das queimadas para o estado paulista, podendo provocar até mesmo a incidência de chuva negra. A informação é do Climatempo. O aumento da fumaça sobre o estado vai favorecer também a interação deste material particulado com a luz do sol, podendo provocar tons alaranjados e avermelhados durante o pôr do sol em São Paulo. No final de semana, com o aumento das condições de chuva, esse efeito será menos perceptível. Para que a chuva negra ocorra depende da quantidade de fumaça que será transportada para o estado. Esse mesmo fenômeno já ocorreu no estado no dia 19 de agosto de 2019, quando o céu ficou completamente escuro durante o dia.

Ministro do Turismo é a 7ª autoridade presente à posse de Fux a pegar covid-19

O ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, testou positivo para o novo coronavírus nesta sexta-feira, dia 18. Segundo nota divulgada pela pasta, o ministro encontra-se assintomático e seguirá isolado e trabalhando de casa, adotando os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

Álvaro Antônio é a sétima autoridade presente na posse de Luiz Fux na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) a ser diagnosticada com o novo coronavírus. O evento foi realizado na sede do tribunal, em Brasília, no último dia 10 de setembro. O próprio ministro Fux foi diagnosticado com a doença. Estiveram na solenidade e testaram positivo para a covid-19: Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara; Luis Felipe Salomão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Antonio Saldanha Palheiro, ministro do STJ); Maria Cristina Peduzzi, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Augusto Aras, procurador-geral da República; e Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo

Em nota divulgada nessa quinta-feira, 17, quando seis convidados já haviam sido diagnosticados com o novo coronavírus, o STF afirmou que passou a contactar os demais presentes sobre a importância de buscarem o serviço médico caso tenham algum sintoma.

Bolsonaro: Brasil é o que mais preserva meio ambiente e o que mais sofre ataques

Mesmo com a disparada nas queimadas no Pantanal e na Amazônia, além de recordes do desmatamento, o presidente Jair Bolsonaro afirmou quinta-feira, 17, que o Brasil está de "parabéns" na maneira como preserva o meio ambiente. "O Brasil é o País que mais preserva o meio ambiente e alguns, não entendo como, é o País que mais sofre ataques vindos de fora", disse ele durante inauguração de uma nova etapa da usina fotovoltaica, que transforma energia solar em elétrica, em Coremas (PB)

Em seu discurso, o presidente citou a capacidade brasileira de produzir energias renováveis e afirmou que o governo busca, junto ao Parlamento, formas de melhorar as condições de empreendedorismo. "Cada vez mais nosso governo acredita na iniciativa privada; não é fácil investir e empreender no Brasil ainda."

O presidente reforçou o compromisso até o fim do seu governo de que não haverá "taxação" da energia solar. Ele ponderou que as agências reguladoras são independentes, mas destacou que no início do ano o assunto foi debatido com Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Bolsonaro fez agradecimentos durante o evento, mas evitou citar nomes de pessoas que o ajudaram no passado, pois, segundo eles, algumas seriam candidatas nas eleições municipais deste ano. "Não posso citar nomes de pessoas que me ajudaram lá atrás porque muitos são candidatos, não posso incorrer em qualquer deslize e ferir a legislação eleitoral."

Inauguração - O chefe do Executivo participou junto ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, da inauguração de nota etapa da usina paraibana e da divulgação do Programa de Eficiência Energética. O complexo de energia solar, já em funcionamento, está na terceira fase de expansão. Mais cedo, como tem feito em suas viagens, o presidente compartilhou imagens cumprimentando apoiadores na sua passagem por Juazeiro do Norte (CE) e na chegada a Coremas. Nos vídeos divulgados nas redes sociais, o presidente, sem máscara, cumprimenta pessoas e pega crianças no colo. Também acompanharam o presidente no evento, entre outras autoridades, os ministros Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Fábio Faria (Comunicações), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, além dos deputados Efraim Filho (DEM-PB) e Hugo Motta (Republicanos-PB).

Instituto Tomie Ohtake faz roteiro em áudio por SP para conhecer a cidade de casa

O Instituto Tomie Ohtake e o artista Brunner criaram um roteiro em áudio para guiar ouvintes pelos locais históricos da cidade de São Paulo sem sair de casa durante a pandemia.

Todos os anos, o Instituto Tomie Ohtake prepara um roteiro em áudio da cidade, voltado especialmente para deficientes visuais.

Este ano, em meio à quarentena imposta pela pandemia da covid-19, a ação Ouvir para Ver a Cidade será um pouco diferente. A partir de 20 de setembro, o roteiro em áudio Deriva da Luz Vermelha, criado em parceria com Brunner, poderá ser acessado por qualquer pessoa de casa. Brunner tem uma extensa pesquisa sobre a região da Luz, e leva esse cenário para os ouvintes.

O roteiro temático é inspirado em um espetáculo de mesmo nome de Brunner, exibido no ano passado e que convidou o público a conhecer lugares icônicos da violência estatal do período da ditadura, como o antigo prédio do Dops, hoje um centro cultural, a região da Boca do Lixo, o antigo presídio Tiradentes, entre outros cenários históricos.

Além da ação, uma live será realizada para debater o roteiro na próxima quinta-feira, 24, transmitida pelas contas do Facebook e YouTube do Instituto Tomie Ohtake.